

Segurança no presente, tranquilidade no futuro.



Relatório Anual de Informações

2011

Sumário

Abertura	3
Mensagem da Diretoria	4
A RedePrev em Números	5
Notas Explicativas	33
Pareceres	52
Situação dos Planos de Benefícios 2011	107
Política de Investimentos	108
Composição dos Recursos Garantidores Dez/2011	110
Demonstrativo de Investimentos (DI)	113
Órgãos de Administração	123

2011: o ano da estabilidade em meio ao turbilhão das crises financeiras

estabilidade

es.ta.bi.li.da.de

sf (lat stabilitate) 1 Qualidade daquilo que é estável. 2 Equilíbrio. 3 Firmeza. 4 Segurança.

Não há termo que defina melhor a situação da RedePrev em 2011. Em meio à crise financeira internacional e às quedas da bolsa de valores e das taxas de juros brasileiras, obtivemos rentabilidade superior à esperada em nossos planos de benefícios. O período foi turbulento para a maioria dos fundos de pensão brasileiros, mas a RedePrev mostrou-se firme e ado-

tou medidas cautelosas para evitar colocar em risco o patrimônio dos participantes.

Com este Relatório Anual de Informações, queremos demonstrar o equilíbrio da RedePrev por meio da apresentação dos dados relativos às atividades que consolidaram essa estabilidade. Esperamos que este documento possa esclarecer quaisquer dúvidas e curiosidades a respeito da atuação da entidade no ano de 2011, reiterando nossa total disponibilidade para estreitar os laços para lhe dar a transparência que você merece.



Mensagem da Diretoria



Prezado Participante,

A crise internacional e a oscilação das bolsas de valores mundiais confirmaram a previsão da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) de que a quase totalidade dos fundos de pensão brasileiros não alcançaria a meta atuarial em 2011. Mas, apesar da cautela necessária em relação a esse cenário macroeconômico, a RedePrev encerrou o ano com uma rentabilidade acima da média do mercado e das suas próprias projeções. Os bons resultados são comprovados por números que confirmam a estabilidade dos nossos planos previdenciários.

O Ativo consolidado em 2011 alcançou R\$ 814,9 milhões, com alta de 9,05% em relação a 2010 e com um excedente patrimonial de R\$ 124,8 milhões. Todos os oito planos de benefícios previdenciários que administramos apresentaram índice de solvência acima de 100%, possibilitando a cobertura de todas as reservas de benefícios concedidos e a conceder.

No ano de 2011, a RedePrev obteve bons resultados para a carteira de investimentos, com retorno acima da média alcançada pelos fundos de pensão do Brasil, que foi 10,93%. A rentabilidade patrimonial média consolidada dos planos de benefícios previdenciários administrados pela RedePrev, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 12,27% no exercício passado, e que, descontada a meta atuarial de 11,91% (INPC + 5,5% a.a.), traduziu-se em uma rentabilidade real líquida de 0,32% acima da referida meta.

Do lado do passivo, vale destacar o pagamento de R\$ 35,0 milhões em benefícios a 1.622 participantes assistidos e a alteração na Tábua de Mortalidade, que passou da IBGE 2008 para a IBGE 2009, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade. Tudo isto em função da manutenção da segurança dos planos

e a nova realidade do aumento da expectativa de vida da população brasileira.

O êxito na proteção dos investimentos da RedePrev também está expresso nos índices de satisfação que alcançamos na pesquisa "Os Fundos de Pensão na visão dos Participantes", realizada pela ABRAPP em parceria com a consultoria Towers Watson. Atingimos marcas superiores à média dos índices obtidos pelas outras entidades fechadas de previdência complementar participantes do estudo. O aumento de nossa "família, por sua vez," serve ainda como mais um fator a nosso favor: conquistamos 801 novas adesões em 2011.

A RedePrev continuou aperfeiçoando seus processos de gestão e controle de riscos. A entidade continua cumprindo seu importante papel de garantidor de aposentadorias seguras e de financiador do crescimento econômico.

A estabilidade da RedePrev não seria possível sem a confiança depositada nesta administração, em especial pelas Patrocinadoras e pelos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Fundação, que contribuíram de forma decisiva na tarefa de fazer da RedePrev uma instituição cada vez mais saudável e em condições de cumprir sua missão.

Em 2012, a RedePrev manterá seu compromisso de administrar os recursos mantenedores dos planos de benefícios de forma alinhada às boas práticas de governança corporativa e financeira que já temos adotado com sucesso. Nossa equipe de profissionais seguirá trabalhando de forma séria, honesta e transparente, para assegurar o seu presente e garantir tranquilidade no seu futuro.

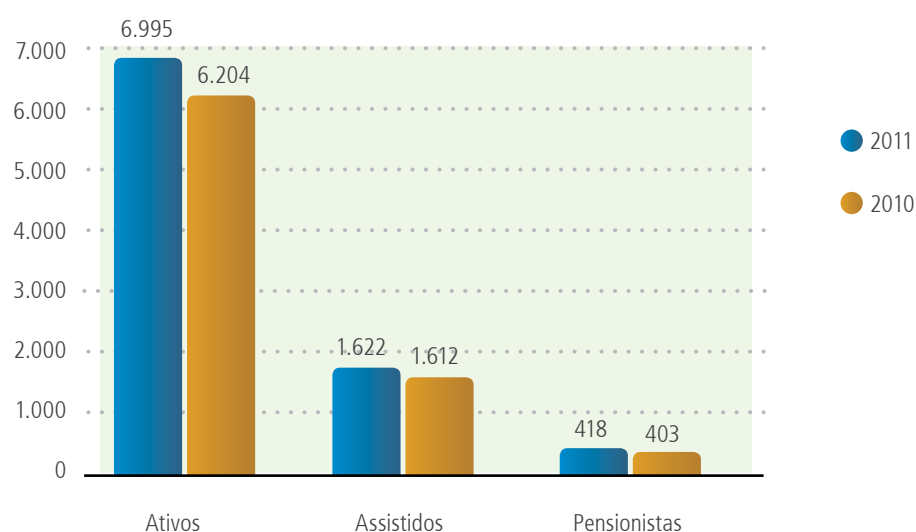
Boa leitura!

A RedePrev em Números

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES

A RedePrev encerrou o exercício de 2011 com um total de 8.617 participantes. Desse total, 1.622 são assistidos recebendo benefícios e 6.995 ativos. A seguir apresentamos quadro demonstrativo da evolução do número de participantes:

Participantes	2011	2010	Evol. %
Ativos	6.995	6.204	12,75%
Assistidos	1.622	1.612	0,62%
Aposentados	1.204	1.209	-0,41%
Especial	218	222	-1,80%
Invalidez	118	114	3,51%
Tempo de Serviço	492	497	-1,01%
Idade	20	22	-9,09%
Renda Mensal Vitalícia + Financeira	356	354	0,56%
Pensionistas	418	403	3,72%
Total	8.617	7.816	10,25%



INVESTIMENTOS

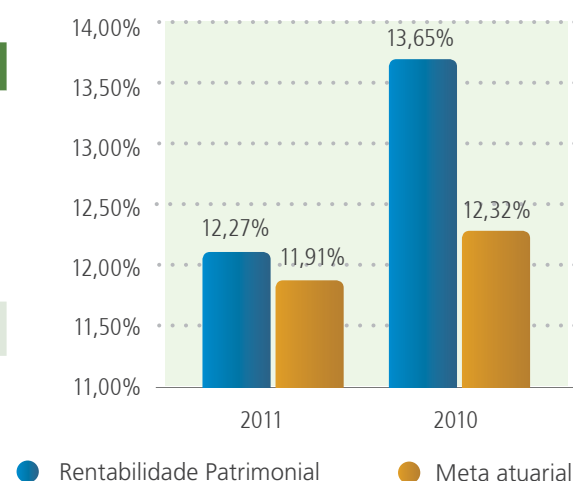
A evolução do patrimônio da RedePrev no exercício de 2011 foi de 9,05%, em relação a 2010. A rentabilidade consolidada dos planos de benefícios calculada pelo método da valorização da cota atingiu uma taxa média de rentabilidade nominal de 12,27%, a qual descontada a Meta Atuarial (INPC + 5,5% de juros ao

ano) de 11,91%, resulta em uma taxa de rentabilidade real líquida de 0,32%.

A seguir, apresentamos a evolução da rentabilidade nominal e outros indicadores, referente ao período 2010 a 2011.

Rentabilidade Patrimonial

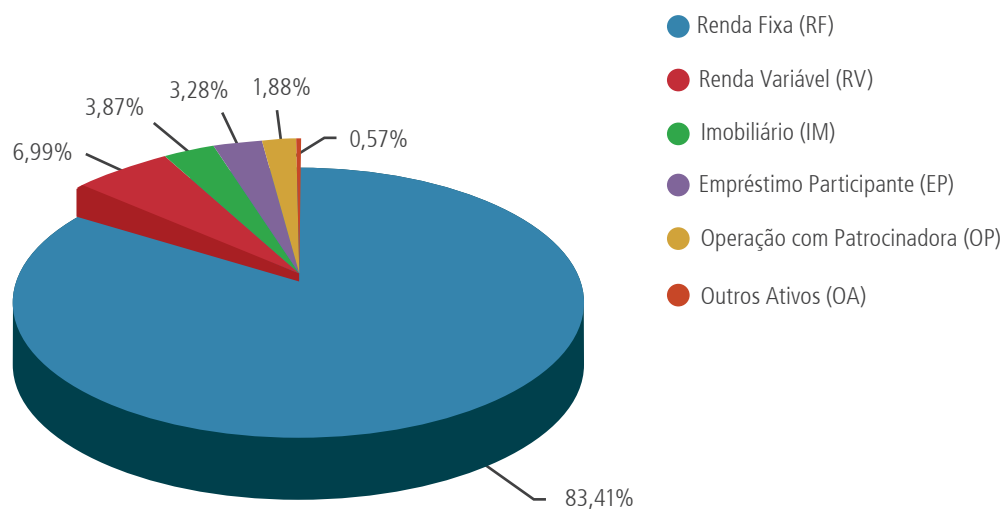
Discriminação	2011	2010
Rentabilidade Patrimonial Consolidada	12,27%	13,65%
INPC - IBGE	6,08%	6,47%
Taxa de Juros	5,50%	5,50%
Meta Atuarial	11,91%	12,32%
Rentabilidade Real Líquida	0,32%	1,18%



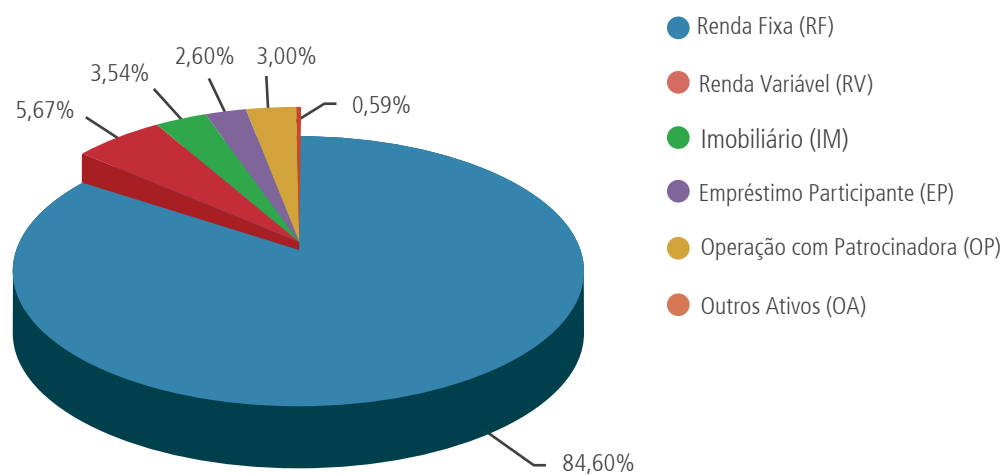
Os dados e respectivos gráficos a seguir, demonstram o perfil de alocação do Patrimônio da RedePrev, nos exercícios de 2011 e 2010.

Modalidades	2011		2010	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Renda Fixa (RF)	679.725	83,41%	632.254	84,60%
Renda Variável (RV)	56.966	6,99%	42.269	5,67%
Imobiliário (IM)	31.550	3,87%	26.482	3,54%
Empréstimo Participante (EP)	26.749	3,28%	19.476	2,60%
Operação com Patrocinadora (OP)	15.356	1,88%	22.430	3,00%
Outros Ativos (OA)	4.630	0,57%	4.422	0,59%
Total	814.976	100,00%	747.333	100,00%

Exercício 2011



Exercício 2010



EVOLUÇÃO PATRIMONIAL - ATIVO

No Ativo, são registrados os valores que farão face aos pagamentos dos compromissos da RedePrev para com os seus participantes e assistidos. Esses valores estão registrados em três grupos: Disponível, Realizável e Permanente. No Disponível são contabilizadas as disponibilidades existentes em caixas e Bancos. No Realizável, grupo de maior representatividade do Ativo, a contabilização é realizada através dos programas Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos. No programa Gestão Previdencial estão registradas as receitas a receber referentes às contribuições normais do mês e os Termos de

Confissão de Dívida com as patrocinadoras. No programa Gestão Administrativa estão registradas as receitas decorrentes de serviços e outras naturezas administrativas. No programa de Investimentos estão registradas as aplicações realizadas nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Imobiliários e Empréstimos Financeiros aos Participantes. No Permanente encontram-se o Imobilizado, o Intangível e o Diferido.

O quadro a seguir, demonstra a evolução do Patrimônio - Ativo da RedePrev, nos exercícios de 2011 e 2010:

Ativo	Exercício 2011 (R\$ mil)	Exercício 2010 (R\$ mil)
DISPONÍVEL	670	915
REALIZÁVEL	813.347	745.341
Gestão Previdencial (Nota 4.1)	17.919	24.373
Gestão Administrativa	441	295
Investimentos (Nota 4.3)	794.987	720.673
Títulos Públicos	234.134	219.678
Créditos Privados e Depósitos	379.666	300.632
Ações	15.277	21.540
Fundos de Investimento	107.611	132.673
Investimentos Imobiliários	31.550	26.482
Empréstimos	26.749	19.476
Outros Realizáveis		192
PERMANENTE (Nota 4.4)	959	1.077
Imobilizado	786	840
Intangível	173	237
TOTAL DO ATIVO	814.976	747.333

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

O Passivo da RedePrev é constituído por obrigações com fornecedores, prestadores de serviços e provisões matemáticas para pagamento de suplementações de aposentadoria dos participantes.

As obrigações mais expressivas estão relacionadas às provisões matemáticas. As demais despesas estão associadas à folha de pagamento dos empregados da RedePrev, à folha de pagamento dos assistidos, manutenção e conservação das instalações físicas, prestação de serviços de assessoria jurídica, assessoria

atuarial, auditoria, custódia, sistemas de computação e outras de menor representatividade.

É no Passivo que se contabiliza o resultado atuarial, o qual sinaliza o equilíbrio ou desequilíbrio, através da conta de superávit ou déficit técnico para os planos com características de Benefício Definido e de Contribuição Variável.

A seguir apresentamos demonstrativo da evolução do passivo, nos exercícios de 2011 e 2010.

Passivo	Exercício 2011 (R\$ mil)	Exercício 2010 (R\$ mil)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.576	2.594
Gestão Previdencial (Nota 4.5)	2.236	2.044
Gestão Administrativa (Nota 4.6)	299	315
Investimentos	41	235
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.445	760
Gestão Previdencial (Nota 4.7)	1.340	760
Gestão Administrativa	105	
PATRIMÔNIO SOCIAL	810.955	743.979
Patrimônio de Cobertura do Plano	734.689	674.218
Provisões Matemáticas (Nota 4.8)	684.026	626.940
Benefícios Concedidos	410.933	387.610
Benefícios a Conceder	273.093	239.330
Equilíbrio Técnico (Nota 4.9.1)	50.663	47.278
Resultados Realizados	50.663	47.278
Superávit Técnico Acumulado	50.663	47.278
Fundos	76.266	69.761
Fundos Previdenciais (Nota 4.9.2)	74.220	68.233
Fundos Administrativos (Nota 4.9.3)	1.934	1.443
Fundos dos Investimentos (Nota 4.9.4)	112	85
TOTAL DO PASSIVO	814.976	747.333

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Ativo	Exercício 2011	Exercício 2010	Passivo	Exercício 2011	Exercício 2010
DISPONÍVEL	670	915	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.576	2.594
			Gestão Previdencial (Nota 4.5)	2.236	2.044
REALIZÁVEL	813.347	745.341	Gestão Administrativa (Nota 4.6)	299	315
Gestão Previdencial (Nota 4.1)	17.919	24.373	Investimentos	41	235
Gestão Administrativa	441	295			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.445	760
Investimentos (Nota 4.3)	794.987	720.673	Gestão Previdencial	1.340	760
Títulos Públicos	234.134	219.678	Gestão Administrativa	105	-
Créditos Privados e Depósitos	379.666	300.632	PATRIMÔNIO SOCIAL	810.955	743.979
Ações	15.277	21.540	Patrimônio de Cobertura do Plano	734.689	674.218
Fundos de Investimento	107.611	132.673	Provisões Matemáticas (Nota 4.8)	684.026	626.940
Investimentos Imobiliários	31.550	26.482	Benefícios Concedidos	410.933	387.610
Empréstimos	26.749	19.476	Benefícios a Conceder	273.093	239.330
Outros Realizáveis	-	192	Equilíbrio Técnico (Nota 4.9.1)	50.663	47.278
			Resultados Realizados	50.663	47.278
PERMANENTE (Nota 4.4)	959	1.077	Superávit Técnico Acumulado	50.663	47.278
Imobilizado	786	840			
Intangível	173	237	Fundos	76.266	69.761
			Fundos Previdenciais (Nota 4.9.2)	74.220	68.233
			Fundos Administrativos (Nota 4.9.3)	1.934	1.443
			Fundos dos Investimentos (Nota 4.9.4)	112	85
TOTAL DO ATIVO	814.976	747.333	TOTAL DO PASSIVO	814.976	747.333

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	72.772	68.345	6,48
Disponível	-	1	(100,00)
Recebível	189	171	10,53
Investimento	72.583	68.173	6,47
Títulos Públicos	21.432	20.749	3,29
Créditos Privados e Depósitos	34.753	28.396	22,39
Ações	1.483	2.151	(31,06)
Fundos de Investimento	10.080	12.643	(20,27)
Investimentos Imobiliários	4.529	4.014	12,83
Empréstimos	301	212	41,98
Outros realizáveis	5	8	(37,50)
2. Obrigações	495	383	29,24
Operacional	494	382	29,32
Contingencial	1	1	0
3. Fundos não Previdenciais	102	78	30,77
Fundos Administrativos	97	74	31,08
Fundos de Investimentos	5	4	25
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	72.175	67.884	6,32
Provisões Matemáticas	65.429	61.280	6,77
Fundos Previdenciais	6.746	6.604	2,15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	140.346	124.456	12,77
Disponível	12	-	-
Recebível	808	651	24,12
Investimento	139.526	123.805	12,70
Títulos Públicos	39.301	36.236	8,46
Créditos Privados e Depósitos	63.729	49.590	28,51
Ações	2.576	3.663	(29,68)
Fundos de Investimento	18.096	21.990	(17,71)
Investimentos Imobiliários	7.411	6.569	12,82
Empréstimos	8.396	5.739	46,30
Outros realizáveis	17	18	(5,56)
2. Obrigações	284	248	14,52
Operacional	258	243	6,17
Contingencial	26	5	420,00
3. Fundos não Previdenciais	306	242	26,45
Fundos Administrativos	298	221	34,84
Fundos de Investimentos	8	21	(61,90)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	139.756	123.966	12,74
Provisões Matemáticas	133.001	117.942	12,77
Fundos Previdenciais	6.755	6.024	12,13

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	145.270	136.419	6,49
Disponível	0	154	100,00
Recebível	133	1.099	(87,90)
Investimento	145.137	135.166	7,38
Títulos Públicos	43.438	41.988	3,45
Créditos Privados e Depósitos	70.438	57.461	22,58
Ações	2.927	4.159	(29,62)
Fundos de Investimento	20.217	25.398	(20,40)
Investimentos Imobiliários	6.254	4.576	36,67
Empréstimos	1.863	1.584	17,61
2. Obrigações	141	117	20,51
Operacional	141	117	20,51
3. Fundos não Previdenciais	85	59	44,07
Fundos Administrativos	77	58	32,76
Fundos de Investimentos	8	1	700
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	145.044	136.243	6,46
Provisões Matemáticas	98.921	95.492	3,59
Superávit/Déficit Técnico	24.730	23.873	3,59
Fundos Previdenciais	21.393	16.878	26,75

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	72.472	68.351	6,03
Disponível	0	82	100,00
Recebível	449	617	(27,23)
Investimento	72.023	67.652	6,46
Títulos Públicos	21.516	20.974	2,58
Créditos Privados e Depósitos	34.890	28.704	21,55
Ações	1.464	2.087	(29,85)
Fundos de Investimento	10.054	12.696	(20,81)
Investimentos Imobiliários	3.154	2.308	36,66
Empréstimos	945	883	7,02
2. Obrigações	534	215	148,37
Operacional	97	122	(20,49)
Contingencial	437	93	369,89
3. Fundos não Previdenciais	83	64	29,69
Fundos Administrativos	83	63	31,75
Fundos de Investimentos	0	1	100
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	71.855	68.072	5,56
Provisões Matemáticas	51.446	48.369	6,36
Superávit/Déficit Técnico	12.862	12.092	6,37
Fundos Previdenciais	7.547	7.611	(0,84)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	128.081	111.830	14,53
Disponível	0	34	100,00
Recebível	734	788	(6,85)
Investimento	127.347	111.008	14,72
Títulos Públicos	36.545	33.302	9,74
Créditos Privados e Depósitos	59.261	45.575	30,03
Ações	2.302	3.213	(28,35)
Fundos de Investimento	16.570	20.063	(17,41)
Investimentos Imobiliários	4.624	3.383	36,68
Empréstimos	8.039	5.461	47,21
Outros realizáveis	6	11	(45,45)
2. Obrigações	815	786	3,69
Operacional	58	126	(53,97)
Contingencial	757	660	14,70
3. Fundos não Previdenciais	348	249	39,76
Fundos Administrativos	270	203	33,00
Fundos de Investimentos	78	46	69,57
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	126.918	110.795	14,55
Provisões Matemáticas	105.040	91.080	15,33
Superávit/Déficit Técnico	10.989	10.366	6,01
Fundos Previdenciais	10.889	9.349	16,47

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	46.812	45.482	2,92
Disponível	215	196	9,69
Recebível	5.187	6.890	(24,72)
Investimento	41.410	38.396	7,85
Títulos Públicos	12.624	12.005	5,16
Créditos Privados e Depósitos	20.471	16.429	24,60
Ações	836	1.188	(29,63)
Fundos de Investimento	5.836	7.260	(19,61)
Investimentos Imobiliários	1.221	1.232	(0,89)
Empréstimos	422	282	49,65
2. Obrigações	294	284	3,52
Operacional	294	284	3,52
3. Fundos não Previdenciais	43	32	34,38
Fundos Administrativos	38	29	31,03
Fundos de Investimentos	5	3	66,67
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	46.475	45.166	2,90
Provisões Matemáticas	42.490	41.009	3,61
Fundos Previdenciais	3.985	4.157	(4,14)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	170.096	158.500	7,32
Disponível	431	378	14,02
Recebível	10.757	14.046	(23,42)
Investimento	158.908	144.076	10,29
Títulos Públicos	47.091	43.824	7,45
Créditos Privados e Depósitos	76.361	59.973	27,33
Ações	3.049	4.303	(29,14)
Fundos de Investimento	21.579	26.473	(18,49)
Investimentos Imobiliários	4.357	4.399	(0,95)
Empréstimos	6.465	5.099	26,79
Outros realizáveis	6	5	40,00
2. Obrigações	743	666	11,56
Operacional	741	666	11,26
Contingencial	2	-	100,00
3. Fundos não Previdenciais	290	219	32,42
Fundos Administrativos	285	211	35,07
Fundos de Investimentos	5	8	(37,50)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	169.063	157.615	7,26
Provisões Matemáticas	154.648	144.348	7,14
Fundos Previdenciais	14.415	13.267	8,65

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.060.066-65 - PL.BENEFÍCIOS R

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
1. Ativos	38.875	33.606	15,68
Disponível	-	61	(100,00)
Recebível	1.596	1.553	2,77
Investimento	37.279	31.992	16,53
Títulos Públicos	11.919	10.516	13,34
Créditos Privados e Depósitos	19.328	14.392	34,30
Ações	631	767	(17,73)
Fundos de Investimento	5.079	6.097	(16,70)
Investimentos Imobiliários	318	217	46,54
Empréstimos	4	3	33,33
2. Obrigações	464	309	50,16
Operacional	348	309	12,62
Contingencial	116	0	100,00
3. Fundos não Previdenciais	787	585	100,00
Fundos Administrativos	785	584	34,42
Fundos de Investimentos	2	1	100,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	37.624	32.712	15,02
Provisões Matemáticas	33.052	27.420	20,54
Superávit/Déficit Técnico	2.081	947	119,75
Fundos Previdenciais	2.491	4.345	(42,67)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	67.884	63.476	6,94
1. Adições	8.937	8.963	(0,29)
(+) Contribuições	862	814	5,90
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.075	8.149	(0,91)
2. Destinações	-4.647	-4.555	2,02
(-) Benefícios	-4.630	-4.425	4,63
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-87	100,00
(-) Custeio Administrativo	-17	-43	(60,47)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.290	4.408	(2,68)
(+/-) Provisões Matemáticas	4.149	3.591	15,54
(+/-) Fundos Previdenciais	141	817	(82,74)
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	72.174	67.884	6,32
C) Fundos não previdenciais	102	78	30,77
(+/-) Fundos Administrativos	97	74	31,08
(+/-) Fundos dos Investimentos	5	4	25,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	123.965	109.643	13,06
1. Adições	21.879	19.928	9,79
(+) Contribuições	6.724	5.605	19,96
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.155	14.323	5,81
2. Destinações	-6.089	-5.606	8,62
(-) Benefícios	-5.425	-5.069	7,02
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-62	100,00
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-21	-5	320,00
(-) Custeio Administrativo	-643	-470	36,81
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	15.790	14.322	10,25
(+/-) Provisões Matemáticas	15.059	13.439	12,05
(+/-) Fundos Previdenciais	731	883	(17,21)
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	139.755	123.965	12,74
C) Fundos não previdenciais	306	242	26,45
(+/-) Fundos Administrativos	298	221	34,84
(+/-) Fundos dos Investimentos	8	21	(61,90)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	136.243	127.509	6,85
1. Adições	18.093	17.602	2,79
(+) Contribuições	890	1.023	(13,00)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.203	16.564	3,86
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	15	100,00
2. Destinações	-9.292	-8.868	4,78
(-) Benefícios	-9.292	-8.841	5,10
(-) Custeio Administrativo	0	-27	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.801	8.734	0,77
(+/-) Provisões Matemáticas	3.429	3.085	11,15
(+/-) Fundos Previdenciais	4.515	4.878	(7,44)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	857	771	11,15
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	145.044	136.243	6,46
C) Fundos não previdenciais	85	59	44,07
(+/-) Fundos Administrativos	77	58	32,76
(+/-) Fundos dos Investimentos	8	1	700

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	68.071	64.078	6,23
1. Adições	8.711	8.530	2,12
(+) Contribuições	173	248	(30,24)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.538	8.254	3,44
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	28	100,00
2. Destinações	-4.927	-4.537	8,60
(-) Benefícios	-4.678	-4.505	3,84
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-243	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	-6	-32	(81,25)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.784	3.993	(5,23)
(+/-) Provisões Matemáticas	3.078	1.445	113,01
(+/-) Fundos Previdenciais	-63	2.188	(97,12)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	769	361	113,02
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	71.855	68.071	5,56
C) Fundos não previdenciais	83	64	29,69
(+/-) Fundos Administrativos	83	63	31,75
(+/-) Fundos dos Investimentos	0	1	100,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	110.795	96.707	14,57
1. Adições	19.728	17.781	10,95
(+) Contribuições	5.380	4.624	16,35
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.348	13.157	9,05
2. Destinações	-3.605	-3.693	(2,38)
(-) Benefícios	-3.041	-2.770	9,78
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-96	-562	(82,92)
(-) Custeio Administrativo	-468	-361	29,64
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	16.123	14.088	14,44
(+/-) Provisões Matemáticas	13.960	11.826	18,04
(+/-) Fundos Previdenciais	1.540	1.893	(18,65)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	623	369	68,83
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	126.918	110.795	14,55
C) Fundos não previdenciais	348	248	40,32
(+/-) Fundos Administrativos	270	203	33,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	78	45	73,33

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	45.166	43.271	4,38
1. Adições	5.232	5.656	(7,50)
(+) Contribuições	898	1.057	(15,04)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.334	4.599	(5,76)
2. Destinações	-3.923	-3.761	4,31
(-) Benefícios	-3.921	-3.743	4,76
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	-4	100,00
(-) Custeio Administrativo	-2	-14	(85,71)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.309	1.895	(30,92)
(+/-) Provisões Matemáticas	1.481	1.502	(1,40)
(+/-) Fundos Previdenciais	-172	393	(56,23)
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	46.475	45.166	2,90
C) Fundos não previdenciais	43	32	34,38
(+/-) Fundos Administrativos	38	29	31,03
(+/-) Fundos dos Investimentos	5	3	66,67

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	157.615	145.683	8,19
1. Adições	21.090	21.577	(2,26)
(+) Contribuições	4.636	4.548	1,93
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.454	17.029	(3,38)
2. Destinações	-9.642	-9.645	(0,03)
(-) Benefícios	-9.265	-9.330	(0,70)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-3	0	100
(-) Custeio Administrativo	-374	-315	18,73
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	11.448	11.932	(4,06)
(+/-) Provisões Matemáticas	10.299	9.481	8,63
(+/-) Fundos Previdenciais	1.149	2.451	(53,12)
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	169.063	157.615	7,26
C) Fundos não previdenciais	290	220	31,82
(+/-) Fundos Administrativos	285	212	34,43
(+/-) Fundos dos Investimentos	5	8	(37,50)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.060.066-65 - PL.BENEFICIOS R

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	32.712	28.713	13,93
1. Adições	10.241	8.679	18,00
(+) Contribuições	7.063	5.131	37,65
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.178	3.548	(10,43)
2. Destinações	-5.329	-4.680	13,87
(-) Benefícios	-3.722	-3.558	4,61
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-116	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	-1.491	-1.122	32,89
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.912	3.999	22,83
(+/-) Provisões Matemáticas	5.631	2.114	166,37
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.854	939	97,44
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.135	946	19,98
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	37.624	32.712	15,02
C) Fundos não previdenciais	787	585	34,53
(+/-) Fundos Administrativos	785	584	34,42
(+/-) Fundos dos Investimentos	2	1	100,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	743.979	680.311	9,36
1. Adições	115.927	110.990	4,45
(+) Contribuições	23.625	20.666	14,32
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	87.285	85.622	1,94
(+) Receitas Administrativas	4.924	4.659	5,69
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	66	28	135,71
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	27	15	80,00
2. Destinações	-48.951	-47.322	3,44
(-) Benefícios	-43.974	-42.241	4,10
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-154	-100,00
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-479	-523	(8,41)
(-) Custeio Administrativo	-4.498	-4.404	2,13
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	66.976	63.668	5,20
(+/-) Provisões Matemáticas	57.086	46.482	22,81
(+/-) Fundos Previdenciais	5.987	14.441	(58,54)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	3.385	2.447	38,33
(+/-) Fundos Administrativos	491	283	73,50
(+/-) Fundos dos Investimentos	27	15	80,00
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	810.955	743.979	9,00

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.443	1.160	24,40
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.990	4.687	6,46
1.1. Receitas	4.990	4.687	6,46
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.003	2.150	39,67
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.853	2.456	(24,55)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	44	32	37,50
Resultado Positivo dos Investimentos	66	28	135,71
Outras Receitas	24	21	14,29
2. Despesas Administrativas	4.499	4.404	2,16
2.1. Administração Previdencial	2.536	2.532	0,16
Pessoal e encargos	1.273	1.212	5,03
Treinamentos/congressos e seminários	13	6	116,67
Viagens e estadias	23	53	(56,60)
Serviços de terceiros	566	638	(11,29)
Despesas gerais	585	546	7,14
Depreciações e amortizações	76	77	(1,30)
2.2. Administração dos Investimentos	1.963	1.872	4,86
Pessoal e encargos	832	759	9,62
Treinamentos/congressos e seminários	8	3	166,67
Viagens e estadias	15	33	(54,55)
Serviços de terceiros	540	517	4,45
Despesas gerais	518	512	1,17
Depreciações e amortizações	50	48	4,17
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	491	283	73,50
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	491	283	73,50
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.934	1.443	34,03

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	65.429	61.280	6,77
1. Provisões Matemáticas	65.429	61.280	6,77
1.1. Benefícios Concedidos	49.255	48.291	2,00
Contribuição Definida			
Benefício Definido	49.255	48.291	2,00
1.2. Benefício a Conceder	16.174	12.989	24,52
Benefício Definido	16.174	12.989	24,52
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	133.001	117.942	12,77
1. Provisões Matemáticas	133.001	117.942	12,77
1.1. Benefícios Concedidos	29.721	28.597	3,93
Contribuição Definida	1.549	1.548	0,06
Benefício Definido	28.172	27.049	4,15
1.2. Benefício a Conceder	103.280	89.345	15,60
Contribuição Definida	103.280	89.345	15,60
Saldo de contas – parcela patroc./instituidor(es)	5.511	4.633	18,95
Saldo de contas - parcela participantes	97.769	84.712	15,41
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	123.651	119.365	3,59
1. Provisões Matemáticas	98.921	95.492	3,59
1.1. Benefícios Concedidos	98.921	95.492	3,59
Benefício Definido	98.921	95.492	3,59
2. Equilíbrio Técnico	24.730	23.873	3,59
2.1. Resultados Realizados	24.730	23.873	3,59
Superávit técnico acumulado	24.730	23.873	3,59
Reserva de contingência	24.730	23.873	3,59

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	64.307	60.461	6,36
1. Provisões Matemáticas	51.446	48.369	6,36
1.1. Benefícios Concedidos	48.111	46.882	2,62
Benefício Definido	48.111	46.882	2,62
1.2. Benefício a Conceder	3.335	1.487	124,28
Benefício Definido	3.335	1.487	124,28
2. Equilíbrio Técnico	12.861	12.092	6,36
2.1. Resultados Realizados	12.861	12.092	6,36
Superávit técnico acumulado	12.861	12.092	6,36
Reserva de contingência	12.861	12.092	6,36

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	116.029	101.446	14,38
1. Provisões Matemáticas	105.040	91.080	15,33
1.1. Benefícios Concedidos	9.149	6.869	33,19
Contribuição Definida	2.327	586	297,10
Benefício Definido	6.822	6.283	8,58
1.2. Benefício a Conceder	95.891	84.211	13,87
Benefício Definido	95.891	84.211	13,87
Saldo de contas – parcela patroc/instituidor(es)	5.537	4.669	18,59
Saldo de contas - parcela participantes	90.354	79.542	13,59
2. Equilíbrio Técnico	10.989	10.366	6,01
2.1. Resultados Realizados	10.989	10.366	6,01
Superávit técnico acumulado	10.989	10.366	6,01
Reserva de contingência	1.705	10.366	(83,55)
Reserva para revisão de plano	9.284	0	100,00
2.2. Resultados a realizar	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	42.490	41.009	3,61
1. Provisões Matemáticas	42.490	41.009	3,61
1.1. Benefícios Concedidos	40.821	39.886	2,34
Benefício Definido	40.821	39.886	2,34
1.2. Benefício a Conceder	1.669	1.123	48,62
Benefício Definido	1.669	1.123	48,62
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	154.648	144.348	7,14
1. Provisões Matemáticas	154.648	144.348	7,14
1.1. Benefícios Concedidos	101.903	94.173	8,21
Contribuição Definida	4.217	2.772	52,13
Benefício Definido	97.686	91.401	6,88
1.2. Benefício a Conceder	52.745	50.175	5,12
Contribuição Definida	52.745	50.175	5,12
Saldo de contas-parc.patroc./instituidor(es)	2.789	2.515	10,89
Saldo de contas - parcela participantes	49.956	47.660	4,82
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	0	0
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.060.066-65 - PL.BENEFÍCIOS R

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	35.132	28.367	23,85
1. Provisões Matemáticas	33.051	27.420	20,54
1.1. Benefícios Concedidos	33.051	27.420	20,54
Benefício Definido	33.051	27.420	20,54
2. Equilíbrio Técnico	2.081	947	119,75
2.1. Resultados Realizados	2.081	947	119,75
Superávit técnico acumulado	2.081	947	119,75
Reserva de contingência	2.081	947	119,75

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Nota 1 - Contexto Operacional

Características e Finalidades

A RedePrev - Fundação Rede de Previdência ("Fundação" ou "RedePrev") é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em 02 de Fevereiro de 2004, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - FUNGRAPA ; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - PREVIMAT ; Fundação Rede de Seguridade - FUNREDE; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT;
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A., ENERSUL
- Empresa Elétrica Bragantina S.A.;
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;
- Companhia Nacional de Energia Elétrica;
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;
- Companhia Força e Luz do Oeste;

- CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;
- Rede Comercializadora de Energia S.A.;
- Rede Power do Brasil S.A.;
- Tocantins Energética S.A.;
- ELUCID Solutions S.A.;
- Rede Energia S/A;
- DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;
- BBPM Participações S.A.
- RedePrev – Fundação Rede de Previdência.

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: Instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos mantenedores beneficiários, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de parte desses recursos em investimentos. É regida pela Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

A RedePrev administra atualmente 08 (oito) planos de benefícios previdenciais sendo que 05 (cinco) planos estruturados na modalidade de Benefício Definido e 03 (três) planos de Contribuição Variável, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A REDEPREV possuía em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2011	31/12/2010
ELÉTRICAS BDI	372	378
Ativos	24	29
Assistidos	236	236
Beneficiários (Pensionistas)	110	110
Autopatrocinados	2	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
ELÉTRICAS OP	2.898	2.344
Ativos	2.812	2.272
Assistidos	42	42
Beneficiários (Pensionistas)	1	0
Autopatrocinados	22	19
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	21	11
CELPA BDI	309	308
Ativos	0	0
Assistidos	270	271
Beneficiários (Pensionistas)	39	37
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA BDII	330	334
Ativos	13	13
Assistidos	179	184
Beneficiários (Pensionistas)	138	137
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA OP	2.187	2.124
Ativos	2.141	2.080
Assistidos	30	27
Beneficiários (Pensionistas)	0	0
Autopatrocinados	3	4
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	13	13
CEMAT BDI	149	152
Ativos	4	4
Assistidos	96	100
Beneficiários (Pensionistas)	49	48
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CEMAT OP	2.252	2.073
Ativos	1.911	1.734
Assistidos	284	285
Beneficiários (Pensionistas)	37	32
Autopatrocinados	14	16
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	6	6
TOTAL PARTICIPANTES	8.497	7.713

A inscrição nos Planos OPTATIVOS (OP's) ocorre de forma indissociável ao Plano de RISCO, consequentemente, todos os participantes inscritos nos respectivos planos OP's, ficam automaticamente cobertos aos benefícios de RISCO.

PLANO DE RISCO	7.028	6.240
Ativos	6.877	6.098
Assistidos	67	64
Beneficiários (Pensionistas)	44	39
Autopatrocinados	40	39

Informações do cenário brasileiro e rentabilidade da Fundação

A crise fiscal europeia aliada a um cenário doméstico que incluiu a redução dos ganhos reais na renda fixa, pressões inflacionárias sobre as metas atuariais e a trajetória descendente da taxa básica de juros, além da queda expressiva dos índices na bolsa de valores comprometeram o desempenho da maioria dos fundos de pensão no ano de 2011. Apesar da altíssima volatilidade e do elevado grau de estresse no ano passado, a RedePrev, terminou o ano de 2011 exibindo números que confirmam o equilíbrio dos seus planos de benefícios previdenciários, uma saúde financeira e atuarial expressa em um Ativo Consolidado de R\$ 814.976 milhões, alta de 9,05 % em relação a 2010 e com um excedente patrimonial de R\$ 124.883 milhões.

A rentabilidade patrimonial média consolidada dos planos de benefícios previdenciários administrados pela RedePrev, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 12,27 % no ano de 2011. A referida taxa, descontada a meta atuarial de 11,91% (INPC + 5,5% a.a.), traduziu-se em uma taxa de rentabilidade real líquida de 0,32 %, acima da referida meta.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da RedePrev estão sen-

do apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de Outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observados as gestões Previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Em decorrência da aprovação da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, que dispôs sobre os procedimentos contábeis das EFPC's, a Fundação passou a apresentar em suas demonstrações financeiras a "Demonstração da Mutações do Patrimônio Social".

Nota 3 – Principais Diretrizes Contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor das EFPC's observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

3.1) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são

reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

I. Renda Fixa

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma "pro rata" até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Renda Variável

As aplicações em fundos de Renda Variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações fi-

nanceiras. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 08, de 31 de Outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de Setembro de 2009.

III. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

IV. Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes e assistidos oriundos de empréstimos financeiros concedidos pela Fundação.

A Fundação não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas prováveis em 2011 na realização das "Operações com Participantes (valores à receber)", atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.5) Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores – Refrigeradores de Ar	25%

3.6) Intangível

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a RedePrev observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível é independente da existência do resultado do PGA.

3.7) Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.8) Provisão de Férias e 13º. Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionadas no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.9) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial dos planos.

3.10) Patrimônio Social – Provisões Matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Fundação, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas futuras contribuições para os planos estruturados na modalidade de benefício definido, sendo que nos planos de contribuições variáveis não há contribuição dos assistidos. As provisões relativas a benefícios a conceder, no caso dos Planos Elétricas BDI, CELPA BDI, CELPA BDII e CEMAT BDI, líquido das respectivas futuras contribuições. No caso dos Planos Elétricas OP, CELPA OP e CEMAT OP, representam os montantes dos saldos de contas individuais dos participantes em 31 de dezembro de 2011.

3.11) Apurações de Resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime de contábil de competência. Os valores das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuários.

3.12) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o Plano de Custo vigente.

3.13) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão

Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdências.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2011, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,10 % sobre a folha de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a RedePrev utiliza o critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA e aprovado pelo Conselho Deliberativo da RedePrev,

está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

Nota 4 – Principais Contas Patrimoniais

4.1 - REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdências dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados normais ou extraordinárias, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato e depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2011	31/12/2010
GESTÃO PREVIDENCIAIS	17.919	24.373
1. Recursos a Receber	17.475	24.263
1.1. Contribuições Normais do Mês	1.738	1.481
1.2. Contribuições Normais em Atraso	0	0
1.3. Contribuições Sobre 13.º Salário	381	351
1.4. Contribuições Contratadas (Nota 4.1.1)	15.356	22.430
2. Adiantamentos	7	5
3. Depósitos Judiciais	331	0
4. Outros Realizáveis	106	106

4.1.1 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS – Operações com Patrocinadora

Trata-se de contratos celebrados junto às patrocinadoras referentes a transações e valores de déficits atuariais de exercícios anteriores, contribuições não repassadas e/ou custos de serviços do passado e em conformidade com a legislação vigente. A seguir, apresentamos a composição consolidadas das Contribuições Contratadas, por Plano de Benefícios:

PATROCINADORA	PLANO DE BENEFÍCIOS	31/12/2011	31/12/2010
Contribuições em Atraso Contratadas		0	1.714
CELPA - (a)	Plano CELPA BDI	0	985
CELPA - (a)	Plano CELPA BDII	0	523
CELPA - (a)	Plano de Benefícios R	0	10
CELPA - (a)	Plano CELPA OP	0	196
Serviços Passados Contratados		15.356	20.466
CEMAT – (b)	Plano CEMAT BDI	5.147	6.859
CEMAT – (b)	Plano CEMAT OP	10.209	13.607
Déficit Técnico Contratado		0	250
CEMAT – (b)	Plano de Benefícios R	0	250
Total das Contribuições Contratadas		15.356	22.430

a) Patrocinadora CELPA

Em junho de 1996, foi concretizado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a extinta FUNGRAPA e a CELPA, consolidando dívidas em R\$ 12.726 (Doze Milhões Setecentos e Vinte e Seis Mil). O saldo da dívida é acrescido de atualização monetária pela variação anual do INPC-IBGE e de encargos financeiros de 0,5% a.m. O referido contrato foi quitado em 30 de junho de 2011. A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Anterior	1.714	4.951
(-) Recebimentos	(1.744)	(3.539)
(+) Atualização Monetária e Juros	30	302
Saldo Final	0	1.714
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	0	6

b) Patrocinadora CEMAT

Déficit Técnico do Plano BDI e Plano CEMAT OP

Em janeiro de 2003 foi celebrado o contrato junto a Patrocinadora no valor de R\$ 23.239 (Vinte e Três Milhões, Duzentos e Trinta e Nove Mil Reais), com previsão de pagamento em 132 (cento e trinta e duas) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente pelo INPC do IBGE e juros reais equivalentes a 6% ao ano. Em junho de 2004, o pagamento das parcelas foi suspenso, retor-

nando a partir de junho de 2006. O prazo final de vencimento é 31 de dezembro de 2013. A seguir apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Anterior	20.466	24.267
(-) Recebimentos	(7.308)	(6.465)
(+) Atualização Monetária e Juros	2.198	2.664
Saldo Final	15.356	20.466
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	24	48

Déficit Técnico do Plano CEMAT R

No dia 18 de Julho de 2006, foi assinado um novo aditivo onde a Patrocinadora CEMAT se responsabilizou pelo Déficit Técnico apurado no Plano CEMAT-R, no valor de R\$ 2.500 (Dois Milhões, Quinhentos Mil Reais) sendo a primeira prestação paga em Julho de 2006. O referido contrato foi quitado em 29 de junho de 2011. A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Anterior	250	750
(-) Recebimentos	(371)	(705)
(+) Atualização Monetária e Juros	121	205
Saldo Final	0	250
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	0	06

4.2 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

ITEM	31/12/2011	31/12/2010
GESTÃO ADMINISTRATIVA	441	295
1. Contas a Receber	280	239
1.1 Contribuições para Custeio	280	239
2. Adiantamentos	17	17
3. Depósitos Judiciais	104	0
4. Outros Realizáveis	40	39

4.3 - REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores dos planos da Fundação: ativos de renda fixa e de renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes. A estrutura da gestão dos investimentos está dividida em:

- **UNIFUNDO** - para as aplicações financeiras dos recursos garantidores nas modalidades em "Renda Fixa" e "Renda Variável" – que caracteriza uma gestão compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos dos planos de benefícios e administrativo.
- **MULTIFUNDO** – para as aplicações financeiras dos recursos garantidores nas modalidades em Imóveis e Empréstimos Financeiros a Participantes – que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2011, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos	794.987	720.673
1.1. Títulos Públicos Federais	234.134	219.678
Notas do Tesouro Nacional	234.134	219.678
1.2. Créditos Privados e Depósitos	379.666	300.632
1.2.1 Instituições Financeiras	282.925	204.008
CDB Bic Banco	30.006	31.305
CDB Industrial	10.233	9.051
CDB Sofisa	12.742	17.959
CDB Panamericano	0	20.766
CDB Bva	9.657	0
CDB Pine	36.570	32.227
CDB Mercantil	0	10.278
CDB Daycoval	13.433	11.622
CDB Rural	25.280	26.878
CDB Fibra	6.319	5.487
DPGE Rural	12.488	0
DPGE Sofisa	10.421	8.683
DPGE Modal	13.128	10.949
DPGE Panamericano	16.220	13.593
DPGE Schahin	5.677	0
DPGE Prosper	10.086	0
DPGE Mercantil	14.531	0
DPGE BMG	11.870	0
DPGE BVA	9.973	0
DPGE Dacasa	12.172	0
DPGE Tricury	10.067	0
DPGE Arbi	6.500	0
LFS Itaú	5.552	5.210
1.2.2 Companhias Abertas	50.980	50.538
Debêntures Cemig	17.050	16.163
Debêntures CPFL	0	590
Debêntures Coelse	15.701	14.420
Debêntures Bandener	0	1.031
Debêntures TInl	0	1.272
Debêntures Eco Rodovias	18.229	17.062

DESCRIÇÃO (continuação)	31/12/2011	31/12/2010
1.2.3 Patrocinadora	45.761	46.086
Debêntures Rede Energia	45.761	46.086
1.3 Ações	15.277	21.540
1.3.1 Patrocinadora	15.277	21.540
Rede Energia	15.277	21.540
1.4 Fundos de Investimento	107.611	132.673
1.4.1 Referenciado	14.172	23.185
Bradesco	5.378	9.907
BNP	8.794	13.278
1.4.2 Renda Fixa	24.024	57.496
Bradesco	12.601	29.043
Itau	3.273	14.184
Mellon	0	10.237
Sul América	1.793	2.834
HSBC	3.646	1.198
BTG Pactual	2.711	0

1.4.3 Ações	20.729	20.729
Bradesco	0	4.902
Mellon	30.761	6.866
Goldman Sachs	4.944	1.978
CSHG Strategy	5.984	6.983
1.4.4 Multimercado	12.009	25.999
Itaú	6.348	12.285
Bradesco	5.661	13.714
1.4.5 Direitos Creditórios	15.717	5.264
Ceee	5.264	5.264
Fornec. Petrobrás	10.737	0
2. Investimentos Imobiliários	31.550	26.482
2.1. Imóveis em Construção	95	1.376
2.2. Aluguéis e Renda	31.455	25.106
3. Operações com Participantes	26.749	19.476
3.1. Empréstimos	26.749	19.476
4. Outros Realizáveis	0	192

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria “Títulos para Negociação” e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no

resultado do exercício, conforme a Resoluções nº. 04, de 30 de Janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2011		31/12/2010	
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Títulos Públicos Federais	147.069	234.134	147.069	219.678
NTN	147.069	234.134	147.069	219.678
Créditos Privados e Depósitos	337.859	379.666	281.883	300.632
CDB Bic Banco	26.667	30.006	28.641	31.305
CDB Industrial	9.822	10.233	8.720	9.051
CDB Sofisa	10.000	12.742	16.000	17.959
CDB Panamericano	0	0	20.653	20.766
CDB BVA	10.000	9.657	0	0
CDB Pine	30.000	36.570	30.000	32.227
CDB Mercantil	0	0	10.000	10.278
CDB Daycoval	10.000	13.433	10.000	11.622

DESCRIÇÃO (continuação)	24.531		13.433	
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
CDB Rural	24.531	25.280	26.136	26.878
CDB Fibra	5.000	6.319	5.000	5.487
DPGE Rural	12.000	12.488	0	0
DPGE Sofisa	9.040	10.421	7.000	8.683
DPGE Modal	10.000	13.128	10.000	10.949
DPGE Panamericano	14.000	16.220	14.000	13.593
DPGE Schahin	5.000	5.677	0	0
DPGE Prosper	9.000	10.086	0	0
DPGE Mercantil	13.099	14.531	0	0
DPGE BMG	11.000	11.870	0	0
DPGE BVA	10.000	9.973	0	0
DPGE Dacasa	12.000	12.172	0	0
DPGE Tricury	10.000	10.067	0	0
DPGE Arbi	6.500	6.500	0	0
LFS Itau	5.000	5.552	5.000	5.210
Debêntures Cemig	11.706	17.050	11.706	16.163
Debêntures CPFL	0	0	1.183	590
Debêntures Coelce	13.262	15.701	13.262	14.420
Debêntures Bandener	0	0	3.083	1.031
Debêntures Tlnl	0	0	1.267	1.272
DebênturesEco Rodovias	15.232	18.229	15.232	17.062
Debêntures Rede Energia	45.000	45.761	45.000	46.086
	484.928	613.800	428.952	520.310

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a

composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

Exercício 2011

TÍTULOS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
1.1. Títulos Públicos Federais	0	234.134	234.134
Notas do Tesouro Nacional	0	234.134	234.134
1.2. Créditos Privados e Depósitos	123.883	255.783	379.666
1.2.1 Instituições Financeiras	123.883	159.042	282.925
CDB Bic Banco	30.006	0	30.006
CDB Industrial	10.233	0	10.233
CDB Sofisa	0	12.742	12.742
CDB BVA	20.766	0	20.766
CDB Pine	0	32.227	32.227
CDB Daycoval	10.278	0	10.278

TÍTULOS (continuação)	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
CDB Rural	25.280	0	25.280
CDB Fibra	6.319	0	6.319
DPGE Rural	0	12.488	12.488
DPGE Sofisa	0	10.421	10.421
DPGE Modal	0	13.128	13.128
DPGE Panamericano	0	16.220	16.220
DPGE Schahin	0	5.677	5.677
DPGE Prosper	0	10.086	10.086
DPGE Mercantil	0	14.531	14.531
DPGE BMG	0	11.870	11.870
DPGE BVA	0	9.973	9.973
DPGE Dacasa	2.042	10.130	12.172
DPGE Tricury	0	10.067	10.067
DPGE Arbi	0	6.500	6.500
LFS Itau	0	5.552	5.552
1.2.2 Companhias Abertas	0	50.980	50.980
Debêntures Cemig	0	17.050	17.050
Debêntures Coelce	0	15.701	15.701
Debêntures Eco Rodovias	0	18.229	18.229
1.2.3 Patrocinadora	0	45.761	45.761
Debêntures Rede Energia	0	45.761	45.761
1.3 Ações	15.277	0	15.277
1.3.1 Patrocinadora	15.277	0	15.277
Rede Energia	15.277	0	15.277
1.4 Fundos de Investimento	107.611	0	107.611
1.4.1 Referenciado	14.172	0	14.172
Bradesco	5.378	0	5.378
BNP	8.794	0	8.794
1.4.2 Renda Fixa	24.024	0	24.024
Bradesco	12.601	0	12.601
Itau	3.273	0	3.273
Sul América	1.793	0	1.793
HSBC	3.646	0	3.646
BTG Pactual	2.711	0	2.711
1.4.3 Ações	41.689	0	41.689
Mellon	30.761	0	30.761
Goldman Sachs	4.944	0	4.944
CSHG Strategy	5.984	0	5.984
1.4.4 Multimercado	12.009	0	12.009
Itaú	6.348	0	6.348
Bradesco	5.661	0	5.661
1.4.5 Direitos Creditórios	15.717	0	15.717
Ceee	4.980	0	4.980
Fornec. Petrobrás	10.737	0	10.737

Exercício 2010

TÍTULOS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
1.1. Títulos Públicos Federais	0	219.678	219.678
Notas do Tesouro Nacional	0	219.678	219.678
1.2. Créditos Privados e Depósitos	113.624	187.008	300.632
1.2.1 Instituições Financeiras	110.731	93.277	204.008
CDB Bic Banco	27.980	3.325	31.305
CDB Industrial	9.051	0	9.051
CDB Sofisa	7.095	10.864	17.959
CDB Panamericano	20.766	0	20.766
CDB Pine	0	32.227	32.227
CDB Mercantil	10.278	0	10.278
CDB Daycoval	0	11.622	11.622
CDB Rural	26.878	0	26.878
CDB Fibra	0	5.487	5.487
DPGE Sofisa	8.683	0	8.683
DPGE Modal	0	10.949	10.949
DPGE Panamericano	0	13.593	13.593
LFS Itaú	0	5.210	5.210
1.2.2 Companhias Abertas	2.893	47.645	50.538
Debêntures Cemig	0	16.163	16.163
Debêntures CPFL	590	0	590
Debêntures Coelse	0	14.420	14.420
Debêntures Bandener	1.031	0	1.031
Debêntures Tlnl	1.272	0	1.272
Debêntures Eco Rodovias	0	17.062	17.062
1.2.3 Patrocinadora	0	46.086	46.086
Debêntures Rede Energia	0	46.086	46.086
1.3 Ações	21.540	0	21.540
1.3.1 Patrocinadora	21.540	0	21.540
Rede Energia	21.540	0	21.540
1.4 Fundos de Investimento	132.673	0	132.673
1.4.1 Referenciado	23.185	0	23.185
Bradesco	9.907	0	9.907
BNP	13.278	0	13.278
1.4.2 Renda Fixa	57.496	0	57.496
Bradesco	29.043	0	29.043

TÍTULOS (continuação)	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
Itaú	14.184	0	14.184
Mellon	10.237	0	10.237
Sul América	2.834	0	2.834
HSBC	1.198	0	1.198
1.4.3 Ações	20.729	0	20.729
Bradesco	4.902	0	4.902
Mellon	6.866	0	6.866
Goldman Sachs	1.978	0	1.978
CSHG Strategy	6.983	0	6.983
1.4.4 Multimercado	25.999	0	25.999
Itaú	12.285	0	12.285
Bradesco	13.714	0	13.714
1.4.5 Direitos Creditórios	5.264	0	5.264
Ceee	5.264	0	5.264

4.3.1 – PROVISÕES PARA PERDAS

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos no valor R\$ 10.352 (Dez Milhões, Trezentos e Cinquenta e Dois Mil Reais) (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central. No exercício corrente, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial da instituição financeira, e a RedePrev de acordo com a Resolução MPAS/CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº. 10, de 05 de julho de 2002 vigentes à época, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 (Treze Milhões, Dezenove Mil Reais) que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à RedePrev no valor de R\$ 1.135 (Um Milhão, Cento e Trinta e Cinco Mil Reais), e em 05 de janeiro de 2011 efetuou o pagamento do segundo rateio no valor de R\$ 2.044 (Dois

Milhões e Quarenta e Quatro Mil Reais) reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 9.840 (Nove Milhões, Oitocentos e Quarenta Mil Reais) em 31/12/2011.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos, massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 (Vinte Mil Reais) até atingir o valor total do investimento, considerando o aplicador individual.

4.3.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Bragança Paulista – SP	5.407	5.180
Terreno	1.770	1.745
Edificações	3.637	3.435
São Paulo – SP Conjunto nº. 101	1.172	1.199
Terreno	446	446
Edificações	726	753
São Paulo – SP Conjunto nº. 111	1.054	807
Terreno	265	265
Edificações	789	542
São Paulo – SP Conjunto nº. 112	1.054	807
Terreno	265	265
Edificações	789	542
São Paulo – SP Conjunto nº. 121	1.063	1.087
Terreno	400	400
Edificações	663	687
São Paulo – SP Conjunto nº. 122	796	814
Terreno	300	300
Edificações	496	514
São Paulo – SP Conjunto nº. 131	1.284	1.312
Terreno	531	531
Edificações	753	781
São Paulo – SP Conjunto nº. 132	1.228	1.254
Terreno	488	488
Edificações	740	766
São Paulo – SP Conjunto nº. 141	884	904
Terreno	320	320
Edificações	564	584
São Paulo – SP Conjunto nº. 142	889	909
Terreno	338	338
Edificações	551	571
Araguaína – TO	2.397	1.434
Terreno	1.390	986
Edificações	1.007	448
Belém – PA	13.690	8.959
Terreno	4.190	2.124
Edificações	9.500	6.835
Valores a Receber	537	440
Imóveis em Construção	95	1.376
TOTAL	31.550	26.482

a.1) A reavaliação do imóvel situado na Rodovia Augusto Montenegro Km 8,5, Tapanã no Município de Belém

– Pará, foi reavaliado em Março de 2011, pela empresa Consult Consultoria, Engenharia e Avaliações LTDA.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Belém – PA	4.190	9.500	13.690
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			3.743

a.2) A reavaliação dos imóveis localizado a Rua Alfeu Grimello, Taboão no Município de Bragança paulista Estado de São Paulo e outro à Rua 25 de Dezembro,

Centro no Município de Araguaína – Tocantins, foi reavaliado em Novembro de 2011, pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Bragança Paulista – SP	1.770	3.637	5.407
Araguaína – TO	1.390	1.007	2.397
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			1.282

b) Imóveis em Construção

Refere-se à reforma do andar térreo e fechada do Edifício Eloy Chaves nº 2.439 em São Paulo/SP (Conjs. 101, 111, 112, 121, 122, 131, 132, 141 e 142).

nimo 06 (seis) meses de vínculo empregatício com a patrocinadora e estarem inscritos a pelo menos 06 (seis) meses no Plano de Benefício.

4.3.3 - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS)

Registra-se nesta conta todo empréstimo feito com recurso do plano de benefícios aos participantes e assistidos: ativos, aposentados, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir desta modalidade de investimento os participantes e assistidos deverão ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos, ter no mí-

4.4 – ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Descrição	Taxa	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2011	31/12/2010
Imobilizado				786	840
Terrenos		445	0	445	445
Edificações	2%	192	(23)	169	178
Móveis e Utensílios	10%	173	(99)	74	88
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	55	(40)	15	19
Veículos	20%	36	(11)	25	32
Computadores e Periféricos	20%	189	(150)	39	56
Condicionador de Ar	25%	38	(31)	7	10
Outros		12	0	12	12
Intangível				173	237
Software	20%	330	(157)	173	237
PERMANENTE		1.470	(511)	959	1.077

A Fundação possui 01(um) imóvel situado na Praça Justo Chermont, 64, Bairro Nazaré, Belém/PA, o qual foi adquirido com recursos do Fundo Administrativo.

4.5 – EXIGIVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, auto-financiados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações.

ITEM	31/12/2011	31/12/2010
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.236	2.044
1.1 Utilização a Pagar	2.012	1.654
1.2 Retenções a Recolher	183	237
1.3 Contribuições Contratadas	0	113
1.4 Outras Exigibilidades	41	40

4.6 – EXIGIVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações.

ITEM	31/12/2011	31/12/2010
GESTÃO ADMINISTRATIVA	299	315
1.1 Contas a Pagar	256	267
1.2 Retenções a Recolher	42	46
1.3 Outras Exigibilidades	1	2

4.7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROCESSOS JUDICIAIS

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses

processos foi estimada e atualizada pela administração e está amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos legais externos e totaliza em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 869 (Oitocentos e Sessenta Nove Mil Reais) e em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 760 (Setecentos e Sessenta Mil Reais). A referida provisão contempla a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destes processos, considerando também à custas judiciais, os honorários advocatícios e eventuais despesas com perícias. A Fundação responde também por outros processos de revisão de benefícios provisionados no valor de no montante de R\$ 470 (Quatrocentos e Setenta Mil).

4.8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. – ETA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	410.933	387.610
BENEFÍCIOS A CONCEDER	273.093	239.330
Contribuição Definida	251.916	223.731
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	21.177	15.599
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	21.177	18.591
(-) Valor Atual das Contrib. Futuras das Patrocinadoras	0	(1.548)
(-) Valor Atual das Contrib. Futuras das Participantes	0	(1.444)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	684.026	626.940

- Benefícios Concedidos - são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de assistidos, que foi reavaliada em dezembro de 2011, com dados cadastrais de novembro de 2011.

- Benefícios a Conceder – são atualizados mensalmente pelas informações cadastrais da massa de ativo, e reavaliadas em dezembro de 2011, com dados cadastrais de novembro de 2011.

4.9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

A seguir apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010
EQUILÍBRIO TÉCNICO – Superávit Técnico Acumulado	50.663	47.278
Reserva de Contingência	41.379	47.278
Reserva Especial para Revisão do Plano	9.284	0
FUNDOS	76.266	69.761
Fundos Previdenciais	74.220	68.233
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	21.902	19.044
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	52.318	49.189
Fundo Administrativo	1.934	1.443
Fundo de Investimentos	112	85

4.9.1 - Superávit Técnico Acumulado

Superávit Acumulado - O superávit técnico acumulado está composto por Reserva de Contingência, sendo constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor

das reservas matemáticas, os recursos excedente foram empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

4.9.2 - Fundos Previdenciais

Correspondem aos seguintes fundos:

a) **Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar** - Conforme Artigo 37 do Regulamento do Plano CEMAT Optativo, Artigo 39 do Regulamento do Plano CELPA Optativo e Plano ELETRICAS Optativo, os saldos remanescentes nas contas dos Fundos B2 e D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, serão utilizados para à constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente.

b) **Outros** – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco) – é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário.

4.9.3 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as despesas e receitas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos administrativos realizados no mercado financeiro.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2011, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,10% sobre a folha de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

4.9.4 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da

carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autofinanciados, sob a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

Nota 5 – Fundo Previdencial x Custeio Plano R (Risco)

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, foi determinada através do Plano Anual de Custeio a cobrança da taxa de contribuição mensal de 1,85% sobre a folha de salários das patrocinadoras para o Plano de Benefícios-R pelo período de 01/05/2011 a 30/04/2012.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo existente em 31/12/2010 foi creditado pelas contribuições efetuadas pela Patrocinadora no exercício de 2011 e debitado no mês da concessão do benefício de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituídos para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte e pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2011 um saldo no valor de R\$ 3.278 (Três Milhões, Duzentos e Setenta e Oito Mil Reais). Tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas. A sua constituição está prevista no Regulamento do plano e na Nota Técnica Atuarial.

Nota 6 – Apresentação dos efeitos da consolidação

Refere-se a eliminação dos ajustes decorrentes da Participação do Fundo Administrativo nos planos previdências, Valores à Pagar e a Receber entre planos. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar conforme composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2011:

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	72.772	72.772
ELÉTRICAS OP	140.346	140.346
CELPA BDI	145.271	145.271
CELPA BDII	72.472	72.472
CELPA OP	128.081	128.081
CEMAT BDI	46.812	46.812
CEMAT OP	170.096	170.096
PL. RISCO	38.875	38.875
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2.370	2.370
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(2.119)	(2.119)
CONSOLIDADO	814.976	814.976

Nota 7 – Outras Informações

7.1 – AGENTE CUSTODIANTE

A Fundação tem como contratado o Itaú CTVM - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de Setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional.

Nota 8 – Eventos Subsequentes

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”), uma das patrocinadoras da Fundação, teve o processo de Recuperação Judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012. Adicionalmente, outra patrocinadora, a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, tem tido dificuldades de renovação de seus empréstimos e financiamentos de curto prazo. Estes fatos indicam incerteza significativa quanto a capa-

cidade da CELPA e CEMAT em honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo e, consequentemente pode ter reflexos nas entidades que integram o Grupo Rede Energia e também na Fundação. A Fundação mantém títulos e valores a receber de Entidades do Grupo Rede Energia no valor total de R\$ 76.394 (Setenta e Seis Milhões, Trezentos e Noventa e Quatro Mil) em 31 de dezembro de 2011, conforme notas explicativas nos. 4.3 e 4.1. As demonstrações contábeis e notas explicativas não divulgam integralmente esses fatos.

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 “S” SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadores da
RedePrev - Fundação Rede de Previdência
Bragança Paulista - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da RedePrev - Fundação Rede de Previdência ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que

a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da RedePrev - Fundação Rede de Previdência e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades regu-

ladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros Assuntos

Demonstrações das mutações do patrimônio social

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) substituiu a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, mediante a emissão da Resolução CNPC nº 8 em 31 de outubro de 2011. Como parte dos nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos dos investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 2. Em nossa opinião, tais variações estão apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revi-

sar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da RedePrev - Fundação Rede de Previdência referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2010 tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 17 de março de 2011 que não conteve modificação.

São Paulo, 12 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Mateus de Lima Soares
Contador CRC 1RJ 079681-/O-0-S-SP

Parecer Atuarial - CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
 Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I
 CNPB No: 1982.0006-19
 Patrocinadora: CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.
 Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I, instituído em

30/07/1982 e está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/01/1998, quando foi instituído um novo plano de benefícios denominado PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes. Observamos que não existe nenhum Participante Ativo.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	-0-	-0-
Mulheres	-0-	-0-
Homens	-0-	-0-
Tempo médio de filiação ao plano	-0-	-0-
Salário de Participação médio	-0-	-0-
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Folha de Salário de Participação	-0-	-0-
Quantidade de Assistidos	271	270
Nº de aposentadorias	269	268
Benefício médio	2.475,66	2.634,29
Idade média	66,86 anos	67,84 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	2	2
Benefício médio	3.695,48	3.941,60
Idade média	68 anos	69 anos
Nº de pensões	37	39
Benefício médio	832,86	914,81
Idade média	58,57 anos	60,38 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, uma vez que não há Participante Ativo. As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposição e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da RedePrev e pela Patrocinadora. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada somente a alteração da Tábua de Mortalidade, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade. A Tábua de Mortalidade dos Inválidos também foi alterada da IBGE 2009 para a IBGE 2010.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

A Tábua IBGE 2010 com a margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.2. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.2.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Utilização e Justificativa: Na atualização dos bene-

fícios futuros de Complementação dos Assistidos e Pensionistas.

5.2.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento).

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros para com os Assistidos e Pensionistas.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.2.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Não aplicável. O Regulamento estabelece somente a atualização monetária das complementações, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.2.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios de prestação continuada, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário de inflação, em longo prazo, de 4% ao ano.

5.2.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.10. ROTATIVIDADE

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: BRASIL - Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 - Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à

população geral brasileira.

- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.2.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese assumida: BRASIL - Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 - Ambos os Sexos.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos Inválidos.

Justificativa: As mesmas especificadas no subitem 5.2.11 com exceção da margem de 22%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Assistidos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos e Pensionistas.

5.2.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Não aplicável. O plano não apresenta nenhum Participante Ativo.

5.2.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Hipótese assumida: Composição determinada pela situação real dos Dependentes de cada Assistido.

6. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2012 A 31/03/2013

6.1. Para o custeio dos benefícios:

6.1.1. Participantes

Nada contribuem. (Não há Participantes Ativos ou Autopatrocinados)

6.1.2. Assistidos

Nada contribuem.

6.1.3. Pensionistas e dependentes

Nada contribuem.

6.1.4. Patrocinadora

Nada contribui.

6.2. Para custeio das Despesas Administrativas:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.2.1. Participantes

Nada contribuem. (Não há Participantes Ativos ou Autopatrocinados)

6.2.2. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre a Complementação mensal.

6.2.3. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas de todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação relativa às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Assistidos	800.091,05
Total	800.091,05

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	136.302.163,21	145.129.497,74
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	119.364.904,00	123.651.662,88
Provisões Matemáticas	95.491.923,20	98.921.330,30
Benefícios Concedidos	95.491.923,20	98.921.330,30
Benefício Definido – Estruturado em regime de Capitalização	95.491.923,20	98.921.330,30
Valor Atuarial dos Benefícios Futuros Programados	89.628.797,58	92.503.227,77
Aposentadoria	89.628.797,58	92.503.227,77
Valor Atuarial dos Benefícios Futuros Não Programados	5.863.125,62	6.418.102,53
Aposentadoria por Invalidez	973.575,40	1.009.080,80
Pensão por Morte	4.889.550,22	5.409.021,73
Benefícios a Conceder	0,00	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	23.872.980,80	24.730.332,58
Reserva de Contingência	23.872.980,80	24.730.332,58
FUNDOS	16.937.259,21	21.477.834,87
FUNDOS PREVIDENCIAIS	16.878.030,97	21.392.469,67
Outros - Previsto em NTA – Oscilação de Riscos	16.878.030,97	21.392.469,67
Fundos Administrativos	58.372,52	77.346,04
Fundos dos Investimentos	855,72	8.019,16

9. DA CONCLUSÃO

9.1. Em 30/06/2011 foi quitado o “Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia, entre a CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a FUNDAÇÃO GRÃO PARÁ DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNGRAPA com Interveniência do Banco Rural S.A.”, firmado em 07/06/1996, extinguindo-se as Contribuições Extraordinárias que a Patrocinadora vinha efetuando mensalmente.

9.2. O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos está constituído pelo excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano em relação às Provisões Matemáticas, dado que o plano encontra-se bloqueado a adesão de novos participantes.

Tem por finalidade suportar possíveis desvios probabi-

lísticos na ocorrência do evento morte em relação ao estimado no estudo atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e dos Pensionistas.

9.3. Não houve variação significativa na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, tendo ocorrido a morte de um Assistido com a consequente inclusão do benefício de Pensão por Morte ao seu beneficiário.

9.4. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, apresentando um Superávit Técnico de R\$ 24.730.332,58, consignado na rubrica Reserva de Contingência, demonstrando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
 Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II
 CNPB No: 1997.0004-74
 Patrocinadora: CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.
 Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II, instituído em 01/01/1998, está bloqueado a novas adesões de Parti-

cipantes desde 01/04/2000, quando foram instituídos os PLANOS DE BENEFÍCIOS CELPA-R e CELPA-OP.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1662, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	13	13
Mulheres	3	3
Homens	10	10
Tempo médio de filiação ao plano	12,29 anos	13,29 anos
Salário de Participação médio	R\$ 3.779,04	R\$ 4.626,24
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Folha de Salário de Participação	R\$ 49.127,48	R\$ 60.141,07
Quantidade de Assistidos	184	179
Nº de aposentadorias	174	169
Benefício médio	R\$ 1.472,98	R\$ 1.572,64
Idade média	70,36 anos	71,18 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	10	10
Benefício médio	R\$ 1.282,57	R\$ 1.367,99
Idade média	60,4 anos	61,4 anos
Nº de pensões	137	138
Benefício médio	R\$ 629,18	R\$ 676,96
Idade média	63,02 anos	63,81 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. As premissas e hipóteses atuariais foram utilizadas no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, bem como para o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposição e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da RedePrev e pela Patrocinadora.

Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada a alteração da Tábua de Mortalidade, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade. A Tábua de Mortalidade dos Inválidos também foi alterada da IBGE 2009 para a IBGE 2010.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas

as idades da população brasileira.

A margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.2. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.2.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Justificativa: Na atualização dos benefícios de Complementação dos Assistidos e Pensionistas.

5.2.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento)

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.2.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Hipótese assumida: 2% (dois por cento) ao ano.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

5.2.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: Histórico e legislação que apenas atualiza o valor a cada ano pelo IPC.

5.2.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: O Regulamento do plano estabelece somente a atualização monetária dos benefícios de prestação continuada, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.2.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Hipótese assumida: Fator 1.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: Em razão da atualização pelo INPC do “Salário Real de Participação” para o cálculo do benefício.

5.2.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios de prestação continuada, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário de inflação, em longo prazo, de 4% ao ano.

5.2.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Hipótese assumida: Fator 1.

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: As complementações, uma vez iniciadas, ficam desatreladas do benefício concedido pelo INSS.

5.2.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável. O regime financeiro de Capitalização adotado, não contempla a hipótese de novos entrados.

5.2.10. ROTATIVIDADE

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do custo dos benefícios e da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Justificativa: Garantia no resultado do cálculo, uma vez que o plano está em processo de extinção.

5.2.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.2.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade

BRASIL IBGE 2010 – Ambos os Sexos.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos Inválidos.

Justificativa: As mesmas especificadas no subitem 5.2.11, com exceção da margem de 22%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais.

5.2.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese assumida: Tábua Álvaro Vindas.

Utilização: No cálculo do valor provável do benefício por invalidez.

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

5.2.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

6. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2012 A 31/03/2013

6.1. PARA O CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:

6.1.1. Participantes

Nada contribuem.

6.1.2. Participantes Autopatrocinados

Nada contribuem.

6.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Nada contribuem.

6.1.4. Assistidos

Nada contribuem.

6.1.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.1.6. Patrocinadora

Nada contribui.

6.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre o Salário Real de Contribuição.

6.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre o Salário Real de Contribuição.

6.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

6.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre a Complementação mensal.

6.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.3. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE TODOS OS PLANOS DE BENEFÍCIOS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação relativa às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Ativos	30.901,10
Assistidos	113.001,13
Total	143.902,23

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	68.135.599,12	71.938.369,71
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	60.460.668,21	64.307.434,81
Provisões Matemáticas	48.368.534,57	51.445.947,85
Benefícios Concedidos	46.882.017,63	48.111.302,57
Benefício Definido – Estruturado em regime de Capitalização	46.882.017,63	48.111.302,57
Valor Atuarial dos Benefícios Futuros Programados	32.536.224,87	32.950.499,26
Aposentadoria	32.536.224,87	32.950.499,26
Valor Atuarial dos Benefícios Futuros Não Programados	14.345.792,76	15.160.803,31
Aposentadoria por Invalidez	1.877.663,52	1.954.535,56
Pensão por Morte	12.468.129,24	13.206.267,75
Benefícios a Conceder	1.486.516,94	3.334.645,28
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	1.486.516,94	3.334.645,28
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.927.699,62	3.334.645,28
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	441.182,68	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	12.092.133,64	12.861.486,96
Reserva de Contingência	12.092.133,64	12.861.486,96
FUNDOS	7.674.930,91	7.630.934,90
FUNDOS PREVIDENCIAIS	7.610.494,34	7.547.375,60
Outros - Previsto em NTA – Oscilação de Riscos	7.610.494,34	7.547.375,60
Fundos Administrativos	62.980,89	83.408,20
Fundos dos Investimentos	1.455,68	151,10

9. DA CONCLUSÃO

9.1. Em 30/06/2011 foi quitado o “Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia, entre a CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a FUNDAÇÃO GRÃO PARÁ DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNGRAPA com Interveniência do Banco Rural S.A.”, firmado em 07/06/1996, extinguindo-se as Contribuições Extraordinárias que a Patrocinadora vinha efetuando mensalmente.

9.2. O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos está constituído pelo excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano em relação às Provisões Matemáticas, dado que o plano encontra-se bloqueado a adesão de novos participantes.

Tem a finalidade específica de suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez em relação ao estimado no estudo atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e dos Pensionistas.

9.3. A variação ocorrida na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder decorre da sua constituição pelo regime de Capitalização Integral.

9.4. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, apresentando um Superávit Técnico de R\$ 12.861.486,96, consignado na rubrica Reserva de Contingência, demonstrando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
 Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP
 CNPB No: 2000.0004-11
 Patrocinadoras: CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.
 Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP foi instituído

em 01/04/2000.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 550, de 23/07/2010.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais mediante aplicação de testes apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2010 e 31/12/2011 está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	2.080	2.141
Mulheres	661	673
Homens	1.419	1.468
Tempo médio de filiação ao plano	7,7 anos	8,08 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.605,05	R\$ 2.920,03
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	4	3
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	53,88 anos	53,28 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 5.418.509,87	R\$ 6.251.793,32
Quantidade de Participantes em BPD	13	13
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 3.938.480,59	R\$ 3.785.736,77
Quantidade de Assistidos	27	30
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Vitalícia	26	26
Renda média	R\$ 1.382,12	R\$ 1.474,17
Idade média	60,81 anos	61,81 anos
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Financeira	1	4
Renda média	R\$ 5.846,45	R\$ 5.839,07
Idade média	61 anos	59 anos

Existe ainda um contingente de 14 pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 37.011,37, bem como o saldo de R\$ 615.151,64 cujos beneficiários estão aguardando o Alvará Judicial para recebimento do Pecúlio. Tais valores estão sendo considerados somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder conforme segue:

dando o Alvará Judicial para recebimento do Pecúlio. Tais valores estão sendo considerados somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder conforme segue:

Categoria	Contribuição Anual (em R\$)
Ativos e Autopatrocinados	91.453.584,85
BPD	3.785.736,77
Aguardando Pecúlio	615.151,64
Aguardando Resgate	37.011,37
Ajuste casa decimal da quota	(0,37)
Total Benefícios a Conceder	95.891.484,26

4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

O plano assegura o benefício de Renda Mensal, no regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO, pelo método de CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Benefício Definido, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida, determinada a cada mês pela aplicação de percentual, livremente escolhido pelo Participante, entre 0,5% e 1% sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor

da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade Contribuição Definida.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. O plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não necessita de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de Contribuição Definida, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2011, corresponde ao Saldo dos Fundos A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2011.

5.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas so-

mente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposições e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da RedePrev e pelas Patrocinadoras.

5.3. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada somente a alteração da Tábua de Mortalidade Geral, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

A Tábua IBGE 2010 com a margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.4. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.4.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Justificativa: Na atualização do benefício de Renda Mensal Vitalícia.

5.4.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento).

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.4.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Não aplicável.

5.4.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Não aplicável.

5.4.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Não aplicável. O Regulamento estabelece somente a atualização monetária das rendas, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.4.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Não aplicável.

5.4.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Justificativa: Concessão de reajuste do benefício de renda mensal vitalícia, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário, de inflação em longo prazo, de 4% ao ano.

5.4.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Não aplicável. As rendas não são atreladas ao benefício concedido pelo INSS.

5.4.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável.

5.4.10. ROTATIVIDADE

Não aplicável.

5.4.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 - Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.4.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Não aplicável. O plano não contempla o benefício por invalidez.

5.4.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Não aplicável. O plano não contempla o benefício por invalidez.

5.4.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade. Na concessão, o benefício é calculado utilizando a combinação das idades do Participante e do beneficiário indicado.

6. DO CUSTEIO DO PLANO

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2012 a 31/03/2013 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.1. Participantes

6.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

6.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

6.2. Participantes Autopatrocinados

6.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

6.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

6.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual aquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o SUBITEM 6.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme SUBITEM 6.2.1., a ser creditada no FUNDO A1.

6.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,40% sobre o Salário.

6.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do artigo 62 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

6.4. Assistidos

Nada contribuem.

6.5. Dependentes

Nada contribuem.

6.6. Patrocinadoras

6.6.1. Contribuição mensal

De valor correspondente a um percentual a ser determinado, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

minado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 6.1.1, a ser creditada no FUNDO B1.

6.6.2. Contribuição Adicional

De valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

6.7. Para o custeio das Despesas Administrativas de todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação referente às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Ativos	4.321.282,01
Participantes Autopatrocinados	98.472,72
Patrocinadora	900.082,22
Total	5.319.836,95

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	111.042.877,68	127.266.394,83
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	101.446.128,84	116.029.252,68
PROVISÕES MATEMÁTICAS	91.080.134,67	105.039.808,80
Benefícios Concedidos	6.869.062,29	9.148.324,54
Contribuição Definida	585.676,89	2.326.739,23
Saldo de Contas dos Assistidos	585.676,89	2.326.739,23
Benefício Definido	6.283.385,40	6.821.585,31
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	6.283.385,40	6.821.585,31
Benefícios a Conceder	84.211.072,38	95.891.484,26
Contribuição Definida	84.211.072,38	95.891.484,26
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	4.668.795,02	5.537.364,86
Saldo de Contas – Parcela Participantes	79.542.277,36	90.354.119,40
EQUILÍBRIO TÉCNICO	10.365.994,17	10.989.443,88
Reserva de Contingência	10.365.994,17	1.705.396,33
Reserva Especial para Revisão de Plano		9.284.047,55
FUNDOS	9.596.748,84	11.237.142,15
FUNDOS PREVIDENCIAIS	9.348.636,79	10.888.660,77
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	7.307.099,94	8.600.420,50
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	2.041.536,85	2.288.240,27
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	202.575,71	270.417,86
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	45.536,34	78.063,52

9. DA CONCLUSÃO

9.1. Em 30/06/2011 foi quitado o “Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia, entre a CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a FUNDAÇÃO GRÃO PARÁ DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNGRAPA com Interveniência do Banco Rural S.A.”, firmado em 07/06/1996, extinguindo-se as Contribuições Extraordinárias que a Patrocinadora vinha efetuando mensalmente.

9.2. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

A sua destinação será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme previsto no artigo 64 do Regulamento.

9.3. O Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos tem por finalidade suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumento na sobrevida dos Assistidos e Pensionistas.

A sua constituição está prevista no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial.

9.4. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade Contribuição Definida, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2011, acrescida da rentabilidade.

9.5. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2011, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade.

9.6. Quanto à Reserva Especial para Revisão de Plano, a Entidade estará no exercício de 2012 deliberando sobre a sua destinação, conforme o artigo 66 proposto na alteração do Regulamento, que se encontra na PREVIC para análise e aprovação, de forma a atender o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008.

9.7. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, apresentando um excedente patrimonial de R\$ 10.989.443,88, consignado na rubrica Equilíbrio Técnico, demonstrando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I

CNPB No: 1993.0010-18

Patrocinadora: CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I, instituído em 01/01/1994, está bloqueado a novas adesões de Par-

ticipantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos de benefícios.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1657, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	4	4
Mulheres	-0-	-0-
Homens	4	4
Tempo médio de filiação ao plano	15,75 anos	16,75 anos
Salário de Participação médio	R\$ 4.065,69	R\$ 4.350,28
Quantidade de Participantes Autopatrocínados	-0-	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocínados	-0-	-0-
Folha de Salário de Participação	R\$ 16.262,75	R\$ 17.401,13
Quantidade de Assistidos	100	96
Nº de aposentadorias	78	75
Benefício médio	R\$ 2.785,03	R\$ 2.972,98
Idade média	70,17 anos	70,84 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	22	21
Benefício médio	R\$ 1.527,43	R\$ 1.689,61
Idade média	57,64 anos	58,33 anos
Nº de pensões	48	49
Benefício médio	R\$ 1.015,90	R\$ 1.122,89
Idade média	57 anos	59,12 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. As premissas e hipóteses atuariais foram utilizadas no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, bem como para o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposição e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da Rede-Prev e pela Patrocinadora.

5.2. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada a alteração da Tábua de Mortalidade, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade. A Tábua de Mortalidade dos Inválidos também foi alterada da IBGE 2009 para a IBGE 2010.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

A margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.3. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.3.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Justificativa: Na atualização dos benefícios de Complementação dos Assistidos e Pensionistas.

5.3.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento)

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.3.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Hipótese assumida: 2% (dois por cento) ao ano.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.
Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

5.3.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.
Justificativa: Histórico e legislação que apenas atualiza o valor a cada ano pelo IPC.

5.3.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.
Justificativa: O Regulamento do plano estabelece somente a atualização monetária dos benefícios de prestação continuada, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.3.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Hipótese assumida: Fator 1.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.
Justificativa: Em razão da atualização pelo INPC do “Salário Real de Participação” para o cálculo do benefício.

5.3.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios de prestação continuada, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário de inflação, em longo prazo, de 4% ao ano.

5.3.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Hipótese assumida: Fator 1.

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: As complementações, uma vez iniciadas, ficam desatreladas do benefício concedido pelo INSS.

5.3.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável. O regime financeiro de Capitalização ado-

tado, não contempla a hipótese de novos entrados.

5.3.10. ROTATIVIDADE

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do custo dos benefícios e da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Justificativa: Garantia no resultado do cálculo, uma vez que o plano está em processo de extinção.

5.3.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.3.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – Ambos os Sexos.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos Inválidos.

Justificativa: As mesmas especificadas no subitem 5.3.11, com exceção da margem de 22%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais.

5.3.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese assumida: Tábua Álvaro Vindas.

Utilização: No cálculo do valor provável do benefício por invalidez.

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

5.3.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

6. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2012 A 31/03/2013

6.1. PARA O CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS:

6.1.1. Participantes

Nada contribuem.

6.1.2. Participantes Autopatrocinados

Nada contribuem.

6.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Nada contribuem.

6.1.4. Assistidos

Nada contribuem.

6.1.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.1.6. Patrocinadora

6.1.6.1. Contribuição Normal - Nada contribui.

6.1.6.2. Contribuição Extraordinária mensal até 31/12/2013, referente à Reserva a Amortizar do Serviço Passado, conforme o contrato "Termo de Transação com Interveniência Ajustado à Resolução CGPC/

SPC/MPAS No 17/96, de 11/07/1996", no valor determinado pela seguinte expressão:

$$\text{Contribuição Extraordinária} = \text{R\$ } 59.005,19 \times \prod_{h=1}^t (1 + \text{INPC}_h) + 0,004867 \times \text{SD}_t$$

Onde:

INPC_h - É o índice do INPC nos meses retroativos de ordem "h", compreendidos entre 01/01/2003 (h = 1) e o mês de competência do pagamento (h = t).

SD_t - É o Saldo Devedor do Contrato, no mês "t" de competência do pagamento, relativo ao Plano CEMAT BD-I.

No mês de dezembro/2011 a Contribuição Extraordinária foi de R\$ 158.242,47.

6.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre o Salário Real de Contribuição.

6.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre o Salário Real de Contribuição.

6.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

6.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre a Complementação mensal.

6.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas de

todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá so-

mente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação referente às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Ativos	13.478,11
Assistidos	130.552,88
Total	144.030,99

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	68.135.599,12	71.938.369,71
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	60.460.668,21	64.307.434,81
PROVISÕES MATEMÁTICAS	48.368.534,57	51.445.947,85
Benefícios Concedidos	46.882.017,63	48.111.302,57
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização	46.882.017,63	48.111.302,57
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	32.536.224,87	32.950.499,26
Aposentadoria	32.536.224,87	32.950.499,26
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	14.345.792,76	15.160.803,31
Aposentadoria por Invalidez	1.877.663,52	1.954.535,56
Pensão por Morte	12.468.129,24	13.206.267,75
Benefícios a Conceder	1.486.516,94	3.334.645,28
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	1.486.516,94	3.334.645,28
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.927.699,62	3.334.645,28
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	441.182,68	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	12.092.133,64	12.861.486,96
FUNDOS	12.092.133,64	12.861.486,96
FUNDOS PREVIDENCIAIS	7.674.930,91	7.630.934,90
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	7.610.494,34	7.547.375,60
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	7.610.494,34	7.547.375,60
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	62.980,89	83.408,20

9. DA CONCLUSÃO

9.1. O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos está constituído pelo excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano em relação às Provisões Matemáticas, dado que o plano encontra-se bloqueado a adesão de novos participantes.

Tem por finalidade suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez em relação ao estimado no estudo atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido

para a atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e dos Pensionistas.

9.2. A variação ocorrida na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder decorre da sua constituição pelo regime de Capitalização Integral.

9.3. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, demonstrando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP

CNPB No: 1998.0067-19

Patrocinadoras: CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

em 01/01/1999.

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP foi instituído

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 580, de 30/07/2010.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2010 e 31/12/2011 está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	1.734	1.911
Mulheres	399	446
Homens	1.335	1.465
Tempo médio de filiação ao plano	5,91 anos	5,86 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.325,28	R\$ 2.309,54
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	16	14
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	49,42 anos	51,90 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 4.032.027,84	R\$ 4.413.528,45
Quantidade de Participantes em BPD	6	6
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 1.782.903,16	R\$ 2.011.040,38
Quantidade de Assistidos	317	321
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Vitalícia	312	314
Renda média	R\$ 1.799,36	R\$ 1.944,78
Idade média	63,31 anos	64,17 anos
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Financeira	5	7
Renda média	R\$ 3.498,99	R\$ 3.992,58
Idade média	54,6 anos	55 anos

Existe ainda um contingente de 89 pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 202.212,44, bem como o saldo de R\$ 95.095,00 cujo beneficiário está aguar-

dando o Alvará Judicial para recebimento do Pecúlio. Tais valores estão sendo considerados somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme segue:

Categoria	Contribuição Anual (em R\$)
Ativos e Autopatrocinados	50.436.516,50
BPD	2.011.040,38
Aguardando Pecúlio	95.095,00
Aguardando Resgate	202.212,44
Ajuste casa decimal da quota	(0,73)
Total Benefícios a Conceder	52.744.863,59

4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano assegura o benefício de Renda Mensal, no regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO, pelo método de CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Benefício Definido, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de contribuição definida, determinada a cada mês pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante entre 0,5% e 1% incidente sobre o Saldo existente em seu nome nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade Contribuição Definida.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. O plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não necessita de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de Contribuição Definida, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2011, corresponde ao Saldo dos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2011.

5.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de

Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposições e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da RedePrev e pelas Patrocinadoras.

5.3. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada somente a alteração da Tábua de Mortalidade Geral, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

A Tábua IBGE 2010 com a margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.4. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.4.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Justificativa: Na atualização do benefício de Renda Mensal Vitalícia.

5.4.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento).

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.4.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Não aplicável.

5.4.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Não aplicável.

5.4.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Não aplicável. O Regulamento estabelece somente a atualização monetária das rendas, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.4.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Não aplicável.

5.4.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Justificativa: Concessão de reajuste do benefício de renda mensal vitalícia, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário, de inflação em longo prazo, de 4% ao ano.

5.4.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Não aplicável. As rendas não são atreladas ao benefício concedido pelo INSS.

5.4.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável.

5.4.10. ROTATIVIDADE

Não aplicável.

5.4.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 - Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.4.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Não aplicável. O plano não contempla o benefício por invalidez.

5.4.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Não aplicável. O plano não contempla o benefício por invalidez.

5.4.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade. Na concessão, o benefício é calculado utilizando a combinação das idades do Participante e do beneficiário indicado.

6. DO CUSTEIO DO PLANO

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2012 a 31/03/2013 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.1. Participantes

6.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

6.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

6.2. Participantes Autopatrocinados

6.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

6.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

6.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o subitem 6.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme subitem 6.2.1., a ser creditada no FUNDO A1.

6.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,40% sobre o Salário.

6.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do artigo 62 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

6.4. Assistidos

Nada contribuem.

6.5. Dependentes

Nada contribuem.

6.6. Patrocinadoras

6.6.1. CONTRIBUIÇÃO MENSAL de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 6.1.1, a ser creditada no FUNDO B1.

6.6.2. CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

6.6.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA mensal até 31/12/2013, referente à RESERVA A AMORTIZAR DO SERVIÇO PASSADO, conforme o contrato "Termo de Transação com Interveniência Ajustado à Resolução CGPC/SPC/MPAS No 17/96, de 11/07/1996", no valor determinado pela seguinte expressão:

$$\text{Contribuição Extraordinária} = \text{R\$ } 117.051,93 \times \prod_{h=1}^t (1 + \text{INPC}_h) + 0,004867 \times \text{SD}_t$$

Onde:

INPC_h - É o índice do INPC nos meses retroativos de ordem "h", compreendidos entre 01/01/2003 (h = 1) e o mês de competência do pagamento (h = t).

SD_t - É o Saldo Devedor do Contrato, no mês "t" de competência do pagamento, relativo ao Plano CEMAT BD-I.

No mês de dezembro/2011 a Contribuição Extraordinária mensal foi de R\$ 313.914,53.

6.7. Para o custeio das Despesas Administrativas de todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação referente às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Ativos	2.454.774,85
Participantes Autopatrocinados	91.485,22
Patrocinadora	620.063,38
Total	3.166.323,45

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	157.834.291,98	169.352.970,72
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	144.347.946,48	154.647.607,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS	144.347.946,48	154.647.607,00
Benefícios Concedidos	94.173.161,64	101.902.743,31
Contribuição Definida	2.771.988,43	4.216.926,34
Saldo de Contas dos Assistidos	2.771.988,43	4.216.926,34
Benefício Definido	91.401.173,21	97.685.817,07

(Continuação)	31/12/2010	31/12/2011
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	91.401.173,21	97.685.817,07
Benefícios a Conceder	50.174.784,84	52.744.863,59
Contribuição Definida	50.174.784,84	52.744.863,59
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	2.515.297,89	2.788.988,63
Saldo de Contas – Parcela Participantes	47.659.486,95	49.955.874,96
EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00
FUNDOS	13.486.345,50	14.705.363,72
FUNDOS PREVIDENCIAIS	13.266.640,48	14.415.535,40
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	8.645.851,25	9.833.210,43
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	4.620.789,23	4.582.324,97
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	211.600,46	284.817,04
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	8.104,56	5.011,28

9. DA CONCLUSÃO

9.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

A sua destinação será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme previsto no artigo 64 do Regulamento.

9.2. O Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos tem por finalidade suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumento na sobrevida dos Assistidos e Pensionistas.

A sua constituição está prevista no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial.

9.3. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade Contribuição Definida, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2011, acrescida da rentabilidade.

9.4. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2011, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade.

9.5. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, demonstrando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I
CNPB No: 1986.0004-19

Patrocinadoras:

1. BBPM – Participações S.A.
2. Caiuá – Distribuição de Energia S.A.
3. Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS
4. Cia. Força e Luz do Oeste
5. Cia. Nacional de Energia Elétrica
6. Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.

7. Elucid Solutions S.A.
 8. Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.
 9. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A
 10. Empresa Elétrica Bragantina
 11. Rede Comercializadora de Energia S.A.
 12. Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.
 13. Rede Power do Brasil S.A.
 14. Tocantins Energética S.A.
- Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I foi instituído em 01/08/1986, encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998,

quando foram instituídos 02 (dois) novos planos de benefícios, Plano de Benefícios Elétricas-R e o Plano de Benefícios Elétricas-OP.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1658, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	29	24
Mulheres	1	0
Homens	28	24
Tempo médio de filiação ao plano	21,33 anos	21,88 anos
Salário de Participação médio	R\$ 3.810,24	R\$ 4.501,06
Quantidade de Participantes Autopatrocinaados	3	2
Idade média dos Participantes Autopatrocinaados	54,61 anos	55,50 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 110.496,83	R\$ 108.025,53
Quantidade de Assistidos	236	236
Nº de aposentadorias	219	219
Benefício médio	R\$ 1.093,38	R\$ 1.165,45
Idade média	68,57 anos	69,17 anos

(Continuação)	31/12/2010	31/12/2011
Nº de aposentadorias por invalidez	17	17
Benefício médio	R\$ 527,05	R\$ 560,31
Idade média	59,65 anos	60,65 anos
Nº de pensões	110	110
Benefício médio	R\$ 768,98	R\$ 744,00
Idade média	59,62 anos	60,57 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Repartição Simples	
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Repartição Simples	

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. As premissas e hipóteses atuariais foram utilizadas no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, bem como para o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposições e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da Rede-Prev e pelas Patrocinadoras.

5.2. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada a alteração da Tábua de Mortalidade, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade. A Tábua de Mortalidade dos Inválidos também foi alterada da IBGE 2009 para a IBGE 2010.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

A margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.3. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.3.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Justificativa: Na atualização dos benefícios de Suple-

mentação dos Assistidos e Pensionistas.

5.3.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento)

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.3.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Hipótese assumida: 2% (dois por cento) ao ano.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

5.3.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: Histórico e legislação que apenas atualiza o valor a cada ano pelo IPC.

5.3.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: O Regulamento do plano estabelece somente a atualização monetária dos benefícios de prestação continuada, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.3.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Hipótese assumida: Fator 1.

Utilização: No cálculo do valor provável dos benefícios.

Justificativa: Em razão da atualização pelo INPC do "Salário Real de Participação" para o cálculo do benefício.

5.3.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios de prestação continuada, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário de inflação, em longo prazo, de 4% ao ano.

5.3.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Hipótese assumida: Fator 1.

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: As suplementações, uma vez iniciadas, ficam desatreladas do benefício concedido pelo INSS.

5.3.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável. O regime financeiro de Capitalização adotado, não contempla a hipótese de novos entrados.

5.3.10. ROTATIVIDADE

Hipótese assumida: Nula.

Utilização: No cálculo do custo dos benefícios e da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Justificativa: Garantia no resultado do cálculo, uma vez que o plano está em processo de extinção.

5.3.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.3.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – Ambos os Sexos.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos Inválidos.

Justificativa: As mesmas especificadas no subitem 5.3.11, com exceção da margem de 22%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais.

5.3.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese assumida: Tábua Álvaro Vindas.

Utilização: No cálculo do valor provável do benefício por invalidez.

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

5.3.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

6. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2012 A 31/03/2013

6.1. PARA O CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:

6.1.1. Participantes

Nada contribuem.

6.1.2. Participantes Autopatrocinados

Nada contribuem.

6.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Nada contribuem.

6.1.4. Assistidos

Nada contribuem.

6.1.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.1.6. Patrocinadora

Nada contribui.

6.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre o Salário Real de Contribuição.

6.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre o Salário Real de Contribuição.

6.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

6.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,40% sobre a Suplementação mensal.

6.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas de

todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente

sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação relativa às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Ativos	46.778,66
Assistidos	155.662,67
Patrocinadoras	561.154,93
Total	763.596,26

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	67.961.646,14	72.276.847,00
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	61.280.042,62	65.428.849,11
PROVISÕES MATEMÁTICAS	61.280.042,62	65.428.849,11
Benefícios Concedidos	48.290.859,31	49.255.330,05
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização	48.290.859,31	49.255.330,05
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	33.677.688,85	35.072.083,58
Aposentadoria	33.677.688,85	35.072.083,58
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	14.613.170,46	14.183.246,47
Aposentadoria por Invalidez	1.411.785,44	1.468.547,12
Pensão por Morte	13.201.385,02	12.714.699,35
Benefícios a Conceder	12.989.183,31	16.173.519,06
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	12.989.183,31	16.173.519,06
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	15.207.199,75	16.173.519,06
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	1.548.452,60	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	669.563,84	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
FUNDOS	6.681.603,52	6.847.997,89
FUNDO PREVIDENCIAL	6.604.130,38	6.745.518,70
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	6.604.130,38	6.745.518,70
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	73.541,71	97.220,47
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.931,43	5.258,72

9. DA CONCLUSÃO

9.1. O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos tem por finalidade suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte, doença e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, e para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumento na sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas.

A sua constituição está prevista no Regulamento e

na Nota Técnica Atuarial.

9.2. A variação ocorrida na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder decorre da sua constituição pelo regime de Capitalização Integral.

9.3. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, podendo concluir que o plano está em equilíbrio, apresentando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP
CNPB No: 1998.0063-11

Patrocinadoras:

1. BBPM – Participações S.A.
2. Caiuá – Distribuição de Energia S.A.
3. Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS
4. Cia. Força e Luz do Oeste
5. Cia. Nacional de Energia Elétrica
6. Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.
7. Elucid Solutions S.A.

8. Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A
 9. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A
 10. Empresa Elétrica Bragantina
 11. ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.
 12. Rede Comercializadora de Energia S.A.
 13. Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.
 14. Rede Power do Brasil S.A.
 15. Tocantins Energética S.A.
 16. RedePrev - Fundação Rede de Previdência
- Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2011 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP foi instituí-

do em 01/01/1999.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 579, de 30/07/2010.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2010 e 31/12/2011 está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	2.272	2.812
Mulheres	479	595
Homens	1.739	2.217
Tempo médio de filiação ao plano	6,59 anos	6,05 anos
Salário de Participação médio	R\$ 3.029,20	R\$ 2.876,21
Quantidade de Participantes Autopatrocínados	19	22
Idade média dos Participantes Autopatrocínados	48,34 anos	48,14 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 6.882.339,71	R\$ 8.087.909,07
Quantidade de Participantes em BPD	11	21
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 1.735.217,73	R\$ 3.164.705,63
Quantidade de Assistidos	42	43
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Vitalícia	37	38

(Continuação)	31/12/2010	31/12/2011
Renda média	R\$ 4.690,00	R\$ 4.878,06
Idade média	63,41 anos	63,97 anos
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Financeira	5	5
Renda média	2.925,39	2.974,65
Idade média	56 anos	57 anos

Existe ainda um contingente de 93 pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 137.208,28, bem como o saldo de R\$ 112.697,88 cujos beneficiários estão

aguardando o Alvará Judicial para recebimento do Pecúlio. Tais valores estão sendo considerados somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme segue:

Categoria	Contribuição Anual (em R\$)
Ativos e Autopatrocinados	99.865.378,57
BPD	3.164.705,63
Aguardando Pecúlio	112.697,88
Aguardando Resgate	137.208,28
Ajuste casa decimal da quota	0,28
Total Benefícios a Conceder	103.279.990,64

4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano assegura o benefício de Renda Mensal, no regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO, pelo método de CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Benefício Definido, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na moda-

lidade de Contribuição Definida, determinada a cada mês pela aplicação de percentual, livremente escolhido pelo Participante, entre 0,5% e 1% sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade Contribuição Definida.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. O plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não necessita de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de Contribuição Definida, no regime

de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2011, corresponde ao Saldo dos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2011.

5.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposições e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da RedePrev e pelas Patrocinadoras.

5.3. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada somente a alteração da Tábua de Mortalidade Geral, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

A Tábua IBGE 2010 com a margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

5.4. As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.4.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Justificativa: Na atualização do benefício de Renda Mensal Vitalícia.

5.4.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 5,5% (cinco e meio por cento).

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.4.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Não aplicável.

5.4.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Não aplicável.

5.4.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Não aplicável. O Regulamento estabelece somente a atualização monetária das rendas, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.4.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Não aplicável.

5.4.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Justificativa: Concessão de reajuste do benefício de renda mensal vitalícia, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário, de inflação em longo prazo, de 4% ao ano.

5.4.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Não aplicável. As rendas não são atreladas ao benefício concedido pelo INSS.

5.4.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável.

5.4.10. ROTATIVIDADE

Não aplicável.

5.4.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 - Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto N° 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.4.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Não aplicável. O plano não contempla o benefício por invalidez.

5.4.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Não aplicável. O plano não contempla o benefício por invalidez.

5.4.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade. Na concessão, o bene-

fício é calculado utilizando a combinação das idades do Participante e do beneficiário indicado.

6. DO CUSTEIO DO PLANO

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2012 a 31/03/2013 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

6.1. Participantes

6.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

6.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

6.2. Participantes Autopatrocinados

6.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

6.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

6.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o SUBITEM 6.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme SUBITEM 6.2.1., a ser creditada no FUNDO A1.

6.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,40% sobre o Salário.

6.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições,

nos termos do inciso I do artigo 62 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

6.4. Assistidos

Nada contribuem.

6.5. Dependentes

Nada contribuem.

6.6. Patrocinadoras

6.6.1. Contribuição mensal de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 6.1.1, a ser creditada no FUNDO B1.

6.6.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

6.7. Para o custeio das Despesas Administrativas de todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação referente às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Ativos	5.192.450,67
Participantes Autopatrocinados	207.771,51
Patrocinadora	1.142.120,50
Total	6.542.342,68

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	124.207.529,36	140.062.063,50
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	117.941.847,35	133.000.810,81
PROVISÕES MATEMÁTICAS	117.941.847,35	133.000.810,81
Benefícios Concedidos	28.596.569,11	29.720.820,17
Contribuição Definida	1.547.761,46	1.548.946,93
Saldo de Contas dos Assistidos	1.547.761,46	1.548.946,93
Benefício Definido	27.048.807,65	28.171.873,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	27.048.807,65	28.171.873,24
Benefícios a Conceder	89.345.278,24	103.279.990,64
Contribuição Definida	89.345.278,24	103.279.990,64

Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	4.633.423,37	5.510.928,77
Saldo de Contas – Parcela Participantes	84.711.854,87	97.769.061,87
EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00
FUNDOS	6.265.682,01	7.061.252,69
FUNDOS PREVIDENCIAIS	6.023.445,98	6.754.689,08
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	3.091.476,06	3.468.711,11
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	2.931.969,92	3.285.977,97
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	221.201,16	298.185,79
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	21.034,87	8.377,82

9. DA CONCLUSÃO

9.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

A sua destinação será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme previsto no artigo 64 do Regulamento.

9.2. O Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos tem por finalidade suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumento na sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas.

A sua constituição está prevista no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial.

9.3. Em relação à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, não houve movimentação na modalidade de Contribuição Definida, variando somente quanto à rentabilidade. Na modalidade Benefício Definido a variação deve-se a inclusão de um Assistido que teve a concessão do benefício no exercício de 2011.

9.4. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2011, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade.

9.5. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, podendo concluir que o plano está em equilíbrio, apresentando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

Parecer Atuarial - PLANO DE BENEFÍCIOS R

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS R

CNPB No: 2006.0066-65

Patrocinadora:

1. CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.
2. CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
3. BBPM – Participações S.A.
4. CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.
5. Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS
6. Cia. Força e Luz do Oeste.
7. Cia. Nacional de Energia Elétrica.
8. DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.

9. Elucid Solutions S.A.

10. Empresa de Distribuição de Energia V.
Paranapanema S.A

11. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A

12. Empresa Elétrica Bragantina

13. ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.

14. Rede Comercializadora de Energia S.A.

15. Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.

16. Rede Power do Brasil S.A.

17. Tocantins Energética S.A.

18. RedePrev - Fundação Rede de Previdência

Data-Base: 31/12/2011

PARECER ATUARIAL - ANEXO VI - DA 2011

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e na Demonstração Atuarial (DA 2011).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Assegura os seguintes benefícios de risco:

- a) Suplementação da aposentadoria por invalidez;

- b) Suplementação do auxílio-doença;
- c) Suplementação da pensão por morte;
- d) Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocinados.

Anteriormente a fusão dos planos os mesmos eram contabilizados em separado, e a partir da fusão as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 1.419/SPC/DETEC/CGAT, de 01/06/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC nº 2.997, de 10/08/2009.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre os cadastros posicionados em 31/12/2011 e fornecidos pela Entidade, os quais, mediante aplicação de testes, apresentaram-se consistentes em relação aos cadastros do exercício anterior.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de Participantes ativos	6.098	6.877
Mulheres	1.542	1.716
Homens	4.556	5.161
Tempo médio de filiação ao plano	6,68 anos	6,53 anos
Salário médio	R\$ 2.683,78	R\$ 2.732,56
Quantidade de Participantes Autopatrocínados	39	40
Idade média dos Participantes Autopatrocínados	49,35 anos	49,80 anos
Total dos Salários	R\$ 16.365.708,02	R\$ 18.791.792,02
Quantidade de Assistidos	64	68
Nº de aposentadorias	-0-	-0-
Benefício médio	-0-	-0-
Idade média	-0-	-0-
Nº de aposentadorias por invalidez	64	68
Benefício médio	R\$ 1.856,97	R\$ 1.753,76
Idade média	53,28 anos	53,78 anos
Nº de pensões	39	46
Benefício médio	R\$ 1.462,72	R\$ 1.998,34
Idade média	45,12 anos	44,17 anos

Folha de Salário dos 6.837 Participantes com vínculo de emprego com as Patrocinadoras: R\$ 18.405.426,73.

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro
Aposentadoria por Invalidez	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura
Pensão por Morte	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Repartição Simples
Abono Anual	Benefício Definido	RCC e RS
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Repartição Simples

Dada a utilização do regime financeiro de Repartição não há constituição da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1. O custo dos benefícios foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, elaborada a partir da observação estatística dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%.

A utilização desta técnica leva a custos estáveis desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e na relação numérica entre Ativos e Assistidos.

Desta forma, não é utilizada nenhuma premissa ou hipótese atuarial.

5.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros foram previamente apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após exposições e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram aprovados pelos órgãos colegiados da RedePrev e pelas Patrocinadoras.

5.3. Em relação ao exercício de 2010 foi efetuada alteração da premissa atuarial referente à Tábua de Mortalidade, passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010, mantendo-se a redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade. Foi alterada também a Tábua de Mortalidade dos Inválidos passando da IBGE 2009 para a IBGE 2010.

A margem de 22% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

As premissas e hipóteses estão conforme segue:

5.3.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

Utilização: Na atualização dos benefícios concedidos aos Assistidos e Pensionistas.

5.3.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Hipótese assumida: 6% (seis por cento).

Utilização: No cálculo do valor atual dos benefícios futuros dos Assistidos e Pensionistas.

Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

5.3.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Não aplicável, pela utilização do regime financeiro de Repartição.

5.3.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

Não aplicável, pela utilização do regime financeiro de Repartição.

5.3.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Hipótese assumida: Nula.

Justificativa: O Regulamento estabelece somente a atualização monetária dos benefícios de prestação continuada, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

5.3.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Não aplicável, pela utilização do regime financeiro de Repartição.

5.3.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Hipótese assumida: Fator 0,98.

Utilização: No cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios de prestação continuada, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 2% ao ano, em um cenário de inflação, em longo prazo, de 4% ao ano.

5.3.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Não aplicável. Os benefícios, uma vez iniciados, ficam desatrelados do benefício do INSS.

5.3.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

Não aplicável, pela utilização do regime financeiro de Repartição.

5.3.10. ROTATIVIDADE

Não aplicável, pela utilização do regime financeiro de Repartição.

5.3.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Hipótese assumida: BRASIL - Tábua Completa de Mor-

talidade IBGE 2010 – Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas.

Justificativa:

- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da realidade brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.

5.3.12. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese assumida: BRASIL - Tábua Completa de Mortalidade IBGE 2010 – Ambos os Sexos.

Utilização: No cálculo da probabilidade de sobrevivência dos Assistidos Inválidos.

Justificativa: As mesmas especificadas no subitem 5.4.11, com exceção da margem de 22%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais.

5.3.13. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese assumida: Apuração do número provável de Aposentadorias por Invalidez, a partir da aplicação da Teoria Coletiva do Risco, sobre a observação estatística dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%.

Utilização: No cálculo do custo da Suplementação da

Aposentadoria por Invalidez.

Justificativa: Adequação do custo à realidade histórica.

5.3.14. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Hipótese assumida:

Para benefícios concedidos: Pela situação real dos dependentes de cada Assistido.

Para o cálculo do custo da Suplementação da Pensão por Morte: Apuração do número provável de Pensões por Morte, a partir da aplicação da Teoria Coletiva do Risco, sobre a observação estatística dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%.

Justificativa: Adequação do custo à realidade histórica.

6. DO CUSTEIO DO PLANO

Para o período de 01/04/2012 a 31/03/2013 o Plano de Custeio está assim fixado:

6.1. Participantes

Nada contribuem.

6.2. Participantes Autopatrocinados

6.2.1. Para os Autopatrocinados cuja inscrição é oriunda do PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I, CELPA BD-II, CEMAT BD-I ou ELÉTRICAS BD-I:

- Contribuição mensal, com pagamento em dobro no mês de dezembro, correspondente a 1,85% sobre o Salário de Contribuição.
- Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o Salário de Contribuição, para o custeio das despesas administrativas.

6.2.2. Para os Autopatrocinados cuja inscrição se deu a partir de 01/01/1999 nos extintos planos CEMAT-R e ELÉTRICAS-R e a partir de 01/04/2000 no CELPA-R:

- Contribuição mensal, com pagamento em dobro no mês de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO (EM R\$)	IDADE (EM ANOS COMPLETOS)					
	ATÉ 30	31 A 40	41 A 50	51 A 55	56 A 60	+ DE 60
Até 1.600,00	1,06%	1,17%	1,46%	1,75%	2,33%	3,27%
De 1.600,01 a 2.000,00	1,09%	1,21%	1,50%	1,80%	2,40%	3,36%
De 2.000,01 a 2.400,00	1,11%	1,23%	1,53%	1,83%	2,45%	3,42%
De 2.400,01 a 2.800,00	1,12%	1,24%	1,55%	1,86%	2,48%	3,47%
De 2.800,01 a 3.400,00	3,70%	4,10%	5,10%	6,12%	8,16%	11,42%
De 3.400,01 a 4.000,00	6,05%	6,70%	8,33%	10,00%	13,34%	18,67%
De 4.000,01 a 5.000,00	7,93%	8,79%	10,93%	13,12%	17,50%	24,49%
De 5.000,01 a 6.000,00	9,55%	10,59%	13,16%	15,80%	21,08%	29,50%
De 6.000,01 a 7.000,00	10,61%	11,76%	14,61%	17,54%	23,40%	32,75%
De 7.000,01 a 8.000,00	11,35%	12,58%	15,64%	18,78%	25,05%	35,05%
De 8.000,01 a 10.000,00	11,44%	12,68%	15,76%	18,92%	25,24%	35,32%
De 10.000,01 a 12.000,00	12,01%	13,31%	16,55%	19,87%	26,50%	37,09%
Acima de 12.000,00	12,20%	13,52%	16,80%	20,17%	26,91%	37,66%

O enquadramento na tabela acima deverá ser feito pela idade e pelo Salário Real de Benefício do Participante na data da opção como Autopatrocinado e vigorará para o ano em curso. A cada ano, em 31 de dezembro, far-se-á um novo enquadramento pela idade e Salário Real de Benefício para vigorar no exercício seguinte.

- Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o Salário de Contribuição, para o custeio das despesas administrativas.

6.3. Assistidos Inválidos

Nada contribuem.

6.4. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

6.5. Patrocinadoras

Contribuição Normal

Contribuição mensal de valor correspondente a 1,85% sobre a Folha de Salários das Patrocinadoras, com pagamento em dobro no mês de dezembro.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENER-SUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

A taxa representa o resultado do estudo realizado através da Teoria Coletiva do Risco, aplicada sobre o retrospecto histórico dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, que está assim composta:

Benefício	Custo Anual Esperado	% Folha
Aposentadoria por Invalidez	2.065.630,58	0,63%
Pensão por Morte	2.196.390,92	0,67%
Auxílio-Doença	1.526.983,42	0,47%
Pecúlio por Morte	278.646,61	0,09%
Total	6.067.651,53	1,85%

Folha de Salários das Patrocinadoras Dez/2011 utilizada para determinação do percentual: R\$ 25.216.887,70.

6.6. Para o custeio das Despesas Administrativas de todos os Planos de Benefícios

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

Contribuição mensal correspondente a 1,40% sobre o total da Folha de Salários das 18 Patrocinadoras (projeção 2012 da folha anual: R\$ 283.728.636,36), cujo valor em reais será rateado para cada plano de benefícios, de acordo com regra definida pela RedePrev.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras,

ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

7. DA ARRECADAÇÃO

No exercício de 2011 a arrecadação relativa às contribuições está conforme segue:

	Contribuição Anual (em R\$)
Participantes Autopatrocinados	72.494,48
Patrocinadoras	6.510.598,85
Total	6.583.093,33

8. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2010 e em 31/12/2011 está composto conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2011
PATRIMÔNIO SOCIAL	33.296.783,22	38.411.163,99
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	28.366.747,08	35.132.932,78
PROVISÕES MATEMÁTICAS	27.420.190,42	33.051.469,36
Benefícios Concedidos	27.420.190,42	33.051.469,36
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização	27.420.190,42	33.051.469,36
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	27.420.190,42	33.051.469,36
Aposentadoria por Invalidez	17.928.844,96	18.027.554,90
Pensão por Morte	9.491.345,46	15.023.914,46
Benefícios a Conceder	0,00	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	946.556,66	2.081.463,42
Reserva de Contingência	946.556,66	2.081.463,42
FUNDOS	4.930.036,14	3.278.231,21
FUNDOS PREVIDENCIAIS	4.345.144,84	2.491.165,69
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	4.345.144,84	2.491.165,69
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	584.109,30	784.976,85
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	782,00	2.088,67

9. DA CONCLUSÃO

9.1. Em 30/06/2011 foi quitado o “Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia, entre a Patrocinadora Centrais ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a FUNDAÇÃO GRÃO PARÁ DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNGRAPA com Intervenção do Banco Rural S.A.”, firmado em 07/06/1996, extinguindo-se as Contribuições Extraordinárias que a Patrocinadora vinha efetuando mensalmente.

9.2. Em 30/06/2011 foi quitado o “Instrumento Particular de Contrato de Amortização de Insuficiência Patrimonial”, entre a Patrocinadora CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. e a Fundação Rede de Previdência – REDEPREV, firmado em 18/07/2006, extinguindo-se as Contribuições Extraordinárias que a Patrocinadora vinha efetuando mensalmente.

9.3. O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo existente em 31/12/2010 foi creditado pe-

las contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras no exercício de 2011 e debitado no mês da concessão do benefício de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituído para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte e pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2011 um saldo no valor de R\$ 2.491.165,69.

Tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas, estando a sua constituição prevista no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial.

9.4. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, apresentando um Superávit Técnico de R\$ 2.081.463,42, consignado na rubrica Reserva de Contingência, demonstrando solvência e liquidez.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.

ATA DA 89ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2012

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas, na sala de reuniões do prédio sede da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, sito à Rua Teixeira, 467 – Bairro Taboão em Bragança Paulista – SP, realizou-se a 89ª Reunião da Diretoria Executiva da RedePrev - Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Srs. Diretores: Presidente - André Bolonha Fiuza de Mello, Vice-Presidente – Wilson Kirschner Amarante, Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Junior e George Cals de Oliveira Filho, tendo por objeto: (i) Apresentar ao Conselho Deliberativo para análise e aprovação, os seguintes documentos: Relatório Anual das Atividades, Demonstrações Contábeis constituída de Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido- DMAL, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2011.

Dando início a reunião, assumiu a presidência o Sr. André Bolonha Fiuza de Mello, que convidou a mim, Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Junior, para secretariá-lo.

Debatidos os assuntos objeto da ordem do dia, os Srs. Diretores, por unanimidade dos presentes, deliberaram apresentar ao Conselho Deliberativo, para aprovação, conforme disposto no Inciso XI do Art. 35 do Estatuto da RedePrev, os seguintes documentos que ficam arquivados na Entidade:

(i) Relatório Anual das Atividades, Demonstrações Contábeis constituída de Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido- DMAL, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2011.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. Bragança Paulista - SP, 26 de março de 2012. Presidente: André Bolonha Fiuza de Mello. Secretário: Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Junior. Diretores: André Bolonha Fiuza de Mello; Wilson Kirschner Amarante; Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Junior; e George Cals de Oliveira Filho.

Bragança Paulista - SP, 26 de março de 2012.

Presidente: André Bolonha Fiuza de Mello
Secretário: Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Junior

Diretores:
Diretor Presidente: André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Vice-Presidente: Wilson Kirschner Amarante
Diretor de Benefícios: Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Junior
Diretor Financeiro: George Cals de Oliveira Filho

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

REALIZADA EM 27/03/2012

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas, na sala de reuniões da sede da RedePrev – Fundação Rede de Previdência localizada na Rua Teixeira, 467 - Bairro Taboão, na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, realizou-se a 47ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, com a presença dos seguintes membros efetivos: Sr. Reinaldo Teixeira do Amaral Mota – Presidente, Sr. Augusto Evangelista dos Santos Filho e o Sr. Gilberto de Souza Oliveira, conforme previsto no Inciso II do Art. 45 do Estatuto Social da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, para tratar dos seguintes assuntos: 1) Exame do Balancete e Demonstrações Financeiras de dezembro de 2011; 2) Análise e parecer do Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido- DMAL, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício de 2011.

Dando início   reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Reinaldo Teixeira do Amaral Mota, agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim Augusto Evangelista dos Santos Filho, para secretariá-lo.

Em seguida, após análise da documentação que segue arquivada na entidade, o Conselho Fiscal, por decisão unânime dos presentes, aprovou:

- (i) Balancete e Demonstrações Financeiras de dezembro de 2011;
- (ii) Parecer quanto ao Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstr  o da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstr  o do Ativo Líquido - DAL, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido- DMAL, Demonstr  o das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas e os Pareceres Atuariais, emitidos pela ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2011

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada.

Bragança Paulista - SP, 27 de março de 2012.

Presidente: Reinaldo Teixeira do Amaral Mota
Secretário: Augusto Evangelista dos Santos Filho
Conselheiro: Gilberto de Souza Oliveira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, abaixo assinados, no pleno exercício das atribuições que lhes confere o artigo 45, Inciso II, do Estatuto Social da entidade, em atendimento à Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em conformidade com o item 17, letra “j”, aprovaram o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido- DMAL, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas e o Relatório Anual da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2011, recomendam sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da RedePrev, na forma do disposto no artigo 26, inciso XI do Estatuto Social da RedePrev.

Bragança Paulista - SP, 27 de março de 2012.

Presidente: Reinaldo Teixeira do Amaral Mota
Secretário: Augusto Evangelista dos Santos Filho
Conselheiro: Gilberto de Souza Oliveira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Referência: Demonstrações contábeis 2011.

Em atendimento à Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, este Conselho reunido em 27 de março de 2012, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2011 e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados::

1. Das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2011.

- a) Em conformidade com o Anexo "B" e "C", da Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.
- b) Notas Explicativas em conformidade com a Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011.
- c) Aprovada pela Diretoria Executiva.

2. Dos Pareceres: Atuarial e Auditor Independente

- a) Parecer Atuarial em conformidade com o item 17, letra "i", da Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pelo ETAA Escritório Técnico de Assessoria Atuarial.
- b) Relatório e Parecer do Auditor Independente em conformidade com o item 17, letra "h", da Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3. Comentários do Conselho Fiscal.

- a) Evolução do Patrimônio da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- b) Evolução do Resultado da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- c) Evolução do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) consolidado e dos Planos de Benefícios.
- d) Evolução dos Recursos Coletados (contribuições) e Recursos Utilizados (benefícios), consolidado e dos Planos de Benefícios.
- e) Evolução do resultado do Programa de Investimentos.
- f) Evolução do custeio administrativo, limites transferidos, despesas administrativas e do fundo administrativo.

Bragança Paulista - SP, 27 de março de 2012.

Presidente: Reinaldo Teixeira do Amaral Mota
Secretário: Augusto Evangelista dos Santos Filho
Conselheiro: Gilberto de Souza Oliveira

ATADA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Realizada em 28 de março de 2012

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às 09h00 (nove) horas, na Rua Teixeira, 467 – Bairro Taboão – Bragança Paulista – SP, realizou-se a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RedePrev - Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Srs. Conselheiros Efetivos: Jorge Queiroz de Moraes Junior, Izaias Ferreira de Paula, Cristina de Grande Sampaio, Glauco Warner de Oliveira, Milton Henriques de Carvalho Filho e Osmar José Vicchiatti, tendo por objeto a aprovação do Relatório Anual da Diretoria Executiva e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2011, constituída de Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido- DMAL, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas e Parecer dos Auditores Independentes.

Dando início à reunião, o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Izaias Ferreira de Paula, para secretariá-lo.

Debatido o assunto objeto da ordem do dia, os Srs. Conselheiros, no exercício das atribuições que lhes confere o Art. 26, Inciso XI do Estatuto da RedePrev e com base nos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, por unanimidade dos presentes, em conformidade com o item 17, letra “k”, da Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, aprovaram o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido- DMAL, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas e o Relatório Anual da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2011.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes.

Bragança Paulista - SP, 28 de março de 2012.

Presidente: Jorge Queiroz de Moraes Junior
Secretário: Izaias Ferreira de Paula

Conselheiros presentes:
Jorge Queiroz de Moraes Junior
Cristina de Grandi Sampaio
Milton Henriques de Carvalho Filho
Izaias Ferreira de Paula
Glauco Warner de Oliveira
Osmar José Vicchiatti

Situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios em 31/12/2011

Planos	Ativo Total	Obrigações	Ativo Líquido	Provisão Matemática	Resultado	Índice de Solvência
Elétricas BD-I	72.772.075	597.708	72.174.367	65.428.849	6.745.518	110,31%
Elétricas-OP	140.345.838	590.339	139.755.499	133.000.810	6.754.689	105,08%
Celipa BD-I	145.270.939	226.806	145.044.133	98.921.330	46.122.803	146,63%
Celipa BD-II	72.472.095	617.285	71.854.810	51.445.947	20.408.863	139,67%
Celipa-OP	128.081.476	1.163.562	126.917.914	105.039.809	21.878.105	120,83%
Cemat BD-I	46.811.912	336.868	46.475.044	42.490.373	3.984.671	109,38%
Cemat-OP	170.096.200	1.033.058	169.063.142	154.647.607	14.415.535	109,32%
Plano-R	38.874.892	1.250.794	37.624.098	33.051.469	4.572.629	113,83%
Total	814.725.427	5.816.420	808.909.007	684.026.194	124.882.813	118,26%
Plano ADM	2.369.801	2.369.801	0	0	0	-
Op. Comuns	-2.119.204	-2.119.204	0	0	0	-
Total Geral	814.976.024	6.067.017	808.909.007	684.026.194	124.882.813	118,26%

Após o fechamento do balancete de dezembro de 2011, a situação financeira e atuarial dos planos de benefícios administrados pela RedePrev é a seguinte: Todos os 8 (oito) planos de benefícios previdenciários apresentam índice de solvência acima de 100%, o que significa dizer que o Ativo Líquido Previdencial desses planos é suficiente para cobrir as Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios à Conceder, ou seja, para R\$ 684,0 milhões em compromissos, temos R\$ 808,9 milhões de patrimônio líquido, gerando um excedente patrimonial de R\$ 124,8 milhões.



Política de Investimentos

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar : REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
2. Exercício: 2011
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembléia : 16ª Reunião Ordinária, dia 20.12.2010.
4. Plano de Benefício: Celpa- BDI; Celpa- BDII; Celpa-OP; Cemat- BDI; Cemat- OP; Elétricas- BDI; Elétricas- OP; Plano de Benefícios "R" e PGA.
5. Meta Atuarial dos Planos de Benefícios Celpa, Cemat e Elétricas : Indexador - INPC Taxa de Juros - 5,5% a a, Plano de Risco, Taxa de juros 6,00% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado : GEORGE CALS DE OLIVEIRA FILHO
- 6.1. Renda Fixa:
- 6.2. Renda Variável:
- 6.3. Investimentos Estruturados:
- 6.4. Investimentos no Exterior
- 6.5. Imóveis:
- 6.6. Empréstimos e Financiamentos:
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes : (☒) Meio Eletrônico (☐) Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009:

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação		9. Diversificação
	Lim.Inf(%)	Lim.Sup(%)	
X.1 Renda Fixa	40,00	100,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.1.1 Carteira RF	40,00	100,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.2 Renda Variável			
X.2.1 Carteira RV	0,00	40,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.3 Investimentos estruturados			
X.3.1 Carteira Invest. Estruturados	0,00	10,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.4 Investimentos no Exterior			
X.4.1 Carteira Invest. Exterior	0,00	5,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5 Imóveis			
X.5.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6 Empréstimos e Financiamentos			
X.6.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.

12. Objetivos da gestão

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela RedePrev na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

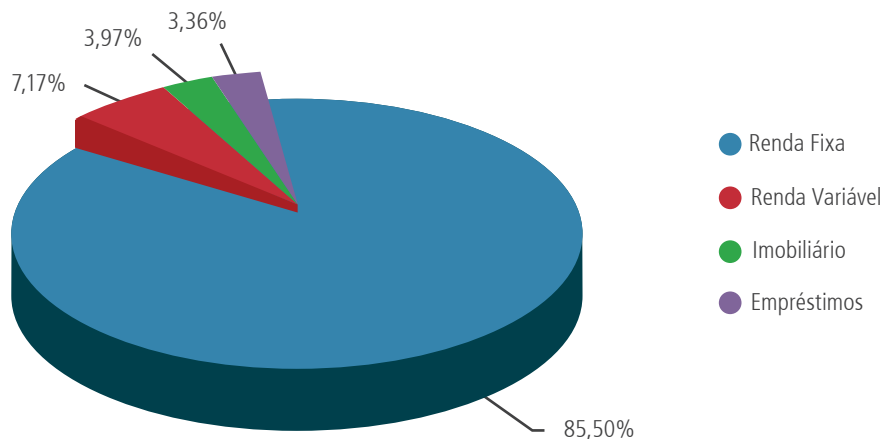
Bragança Paulista, 18 de janeiro de 2011.

Diretor Presidente: André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Financeiro: George Cals de Oliveira Filho

Composição dos Recursos Garantidores (31/12/2011)

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	TOTAIS	
	%	R\$
RENTA FIXA	85,50	679.722.147,31
CDBs	18,14	144.240.407,41
BICBANCO	3,77	30.006.459,80
BVA	1,21	9.656.894,15
DAYCOVAL	1,69	13.432.694,48
BANCO FIBRA	0,79	6.318.993,14
INDUSTRIAL	1,29	10.233.395,84
PINE	4,60	36.569.848,95
RURAL	3,18	25.280.473,29
SOFISA	1,60	12.741.647,76
DPGE's	16,75	133.132.600,29
DPGE - SOFISA	1,31	10.421.447,56
DPGE - MODAL	1,65	13.127.490,64
DPGE - PANAMERICANO	2,04	16.220.344,48
DPGE - PROSPER	1,27	10.086.445,49
DPGE - MERCANTIL	1,83	14.530.846,52
DPGE - SCHAHIN	0,71	5.676.569,69
DPGE - RURAL	1,57	12.487.910,95
DPGE - BMG	1,49	11.869.707,77
DPGE - BVA	1,25	9.973.302,34
DPGE - DACASA	1,53	12.171.599,21
DPGE - TRICURY	1,27	10.066.889,46
DPGE - ARBI	0,82	6.500.046,18
LFS - Letra Financeira Subordinada - ITAÚ	0,70	5.552.050,31
LFS - Letra Financeira Subordinada - ITAÚ	0,70	5.552.050,31
DEBÊNTURES	12,17	96.740.899,38
CEMIG DIST	2,14	17.050.177,77
COELCE	1,98	15.701.378,32
REDE ENERGIA	5,76	45.760.870,04
ECO RODOVIAS	2,29	18.228.473,25

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO (continuação)	TOTAIS	
	%	R\$
TÍTULOS PÚBLICOS	29,45	234.134.473,41
NTN-B	9,45	75.161.835,90
NTN-C	20,00	158.972.637,51
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA	8,29	65.921.716,51
Fundos Referenciados DI	0,41	3.272.688,27
Itaú Soberano	0,41	3.272.688,27
BTG PACT Emissões Primárias II	0,34	2.711.592,94
Fundos Renda Fixa - Crédito	1,70	13.495.637,78
Bradesco FI RF LP CP	1,01	8.056.676,01
Sul América Excellence FI RF CP	0,23	1.793.220,81
HSBC RF CP Perform. Institucional	0,46	3.645.740,96
Fundos MM S/RV	3,86	30.725.004,74
Itaú Active FIX IB MM FI	0,80	6.347.752,84
Bradesco FIF Target 1	0,57	4.544.604,19
BNP Targus FICFI Ref.	1,11	8.793.514,77
Bradesco FI Referenciado DI Premium	0,68	5.378.357,30
Bradesco FI Multimercado Plus I	0,71	5.660.775,64
FIDC's	1,98	15.716.792,78
FIDC CEEE IV-D	0,63	4.979.441,75
FIDC BI INVEST FORNEC PETROBRAS	1,35	10.737.351,03
RENTA VARIÁVEL	7,17	56.965.979,67
Ações	1,92	15.276.704,00
REDE3 REDE ENERGIA ON REC	1,92	15.276.704,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - R.VARIÁVEL	5,24	41.689.275,67
CSHG Strategy Inst FIC FIA IBOVESPA	0,75	5.984.376,76
Goldman Sachs IBOV Ativo FIC FIA	0,62	4.943.626,22
BNY Mellon ARX Income FIA	1,79	14.254.947,65
GAP Ações FIA	1,62	12.915.306,32
Quest Ações Inst FIA	0,45	3.591.018,72
IMÓVEIS	3,97	31.550.196,29
EMPRÉSTIMOS	3,36	26.748.569,24
TOTAL GERAL		794.986.892,51



RENTABILIDADE SEGMENTO 2011

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	13,99%	11,91%	117,46%
Renda Variável	-20,12%	11,91%	-168,93%
Imóveis	34,72%	11,91%	291,52%
Empréstimos	14,88%	11,91%	124,94%

RENTABILIDADE GLOBAL EM 2011 POR PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios	Rentabilidade Patrimonial (%)	Meta Atuarial (%)	Recursos Garantidores (R\$)
Celpe BD – I	13,01%	11,91%	145.137.866,08
Celpe BD – II	12,95%	11,91%	72.022.631,21
Celpe – OP	12,96%	11,91%	127.340.508,82
Cemat BD – I	11,70%	11,91%	41.410.089,60
Cemat – OP	11,61%	11,91%	158.901.509,09
Elétricas BD- I	12,24%	11,91%	72.577.988,09
Elétricas – OP	12,23%	11,91%	139.509.427,87
Plano - R	10,25%	12,44%	37.274.690,86
Plano Administrativo			812.180,89
Consolidada	12,27%	11,91%	794.986.892,51

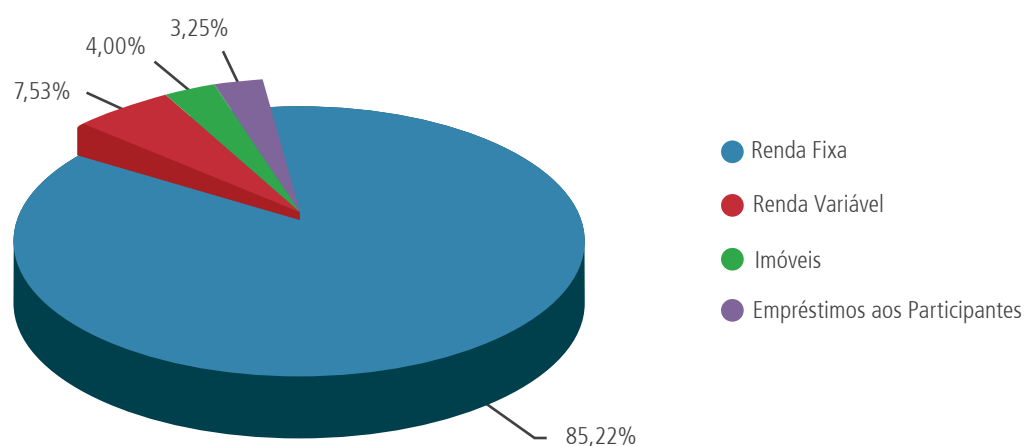
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI) / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (1º SEMESTRE DE 2011)

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Diretoria Executiva da RedePrev apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da RedePrev, relativo ao 1º SEMESTRE / 2011.

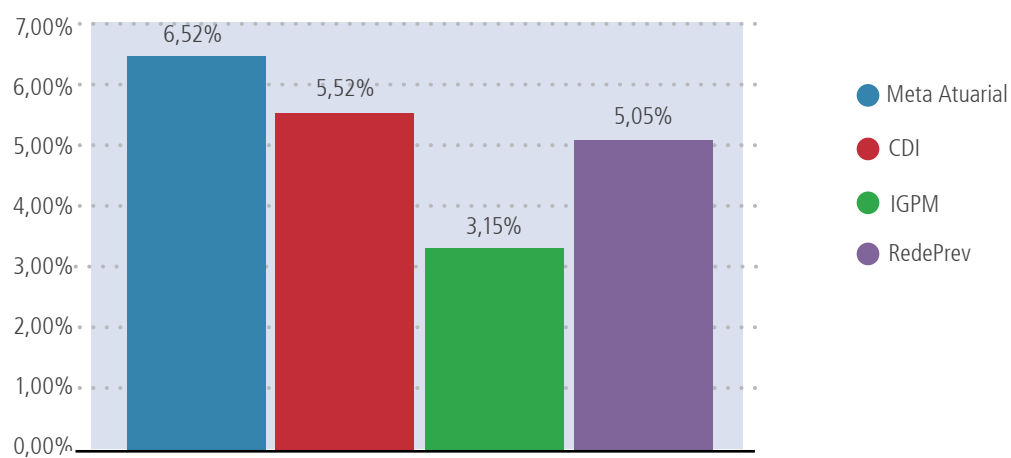
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PERCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR					LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA				RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL				
Segmentos	Investimentos 2º Semestre/2010 Posição em 31/12/2010		Investimentos 1º Semestre/2011 Posição em 30/06/2011		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polít. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	87,75%	632.254.040,35	85,22%	643.211.747,34	100,00%	Até 100%	85,22%	5,86%	CDI	5,52%	6,52%	106,16%	89,88%
Renda Variável	5,87%	42.269.114,94	7,53%	56.825.421,29	50,00%	Até 10%	7,53%	-12,79%	IBX Médio	-6,72%	6,52%	190,33%	-196,17%
Imóveis	3,68%	26.481.759,76	4,00%	30.152.084,95	11,00%	Até 8%	4,00%	18,83%	Meta Atuarial	6,52%	6,52%	288,80%	288,80%
Emprést. Participantes	2,70%	19.475.983,51	3,25%	24.504.184,56	15,00%	Até 10%	3,25%	8,45%	Meta Atuarial	6,52%	6,52%	129,60%	129,60%
TOTAL	100,00%	720.480.898,56	100,00%	754.693.438,14				5,05%			6,52%		77,41%

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 1º SEMESTRE/2011				VALORES EM RISCO (VaR) PARA OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL		CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 1º SEMESTRE/2010			
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão	Segmentos de Renda Fixa e Variável			Instituição	Serviço	Valor - R\$
Segmento Renda Fixa	643.211.747,34	85,22%		Segmentos	VaR - 1º Semestre/2011		Banco Itaú		
					%	Valor - R\$			
Títulos Públicos - NTN	224.197.349,08	29,71%	Própria					Custódia	51.393,96
CDB	143.275.664,47	18,98%	Própria	R. Fixa - RF	0,28%	1.793.104,56	Banco Itaú	Cetip/Selic/Cblic	10.705,67
Debêntures	94.204.039,93	12,48%	Própria	R.Variável - RV	4,66%	2.050.083,62	PPS/ALM	Análise de investimentos	10.688,68
Fundos de Investimentos	103.487.927,24	13,71%	Terceirizada	Consolidado	0,47%	3.234.043,88	Risk Office	Risco de Mercado	15.000,00
DPGE/LFS	78.046.766,62	10,34%	Própria				BDO Auditoria	Auditoria de Gestão	7.448,56
Segmento Renda Variável	56.825.421,29	7,53%		Planos Benef.	Rentabilidade-1º Semestre/11		Sist.controle Invest.	Licença de uso	54.148,14
Fundos de Investimento/Ações	56.825.421,29	7,53%	Terceirizada	Celipa OP		6,24%	Banco Itaú	Taxas Administração	30.940,93
Segmento Imóveis	30.152.084,95	4,00%		Cemat OP		5,14%	Banco Bradesco	Taxas Administração	113.759,55
Imóveis	30.152.084,95	4,00%	Própria	Elétricas OP		5,07%	BNY Mellon	Taxas Administração	132.442,98
Segm. Empréstimo Participantes	24.504.184,56	3,25%		Meta Atuarial		6,52%	Outros Bancos	Taxas Administração	154.647,67
Empréstimo Financeiro	24.504.184,56	3,25%	Própria	CDI		5,52%	TOTAL		581.176,14
TOTAL	754.693.438,14	100,00% 100,00%							

Investimentos da RedePrev - 1º Semestre 2011



Rentabilidade do Semestre



Faixas de Alocação dos Recursos por Plano								
Segmento	Celpa BDI		Celpa BDII		Celpa OP		Total Celpa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	86,53%	121.761.522,88	86,28%	60.517.831,52	82,76%	97.881.391,65	85,12%	280.160.746,05
Renda Variável	7,75%	10.899.597,45	7,78%	5.455.982,60	7,23%	8.550.323,12	7,57%	24.905.903,17
Imóveis	4,46%	6.273.889,47	4,51%	3.164.150,87	3,92%	4.638.874,57	4,28%	14.076.914,91
Emp. a Participantes	1,27%	1.786.590,50	1,43%	1.005.456,46	6,09%	7.206.748,63	3,04%	9.998.795,59
TOTAL	100,00%	140.721.600,30	100,00%	70.143.421,45	100,00%	118.277.337,97	100,00%	329.142.359,72

Segmento	Cemat BDI		Cemat OP		Total Cemat	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	87,99%	34.949.745,26	85,46%	128.413.003,19	85,99%	163.362.748,45
Renda Variável	7,84%	3.113.298,43	7,55%	11.341.110,76	7,61%	14.454.409,19
Imóveis	3,07%	1.219.475,72	2,90%	4.352.729,71	2,93%	5.572.205,43
Emp. a Participantes	1,11%	439.686,69	4,10%	6.160.493,44	3,47%	6.600.180,13
TOTAL	100,00%	39.722.206,10	100,00%	150.267.337,10	100,00%	189.989.543,20

Segmento	Elétricas BDI		Elétricas OP		Total Elétricas	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	85,98%	60.050.207,45	82,02%	107.072.159,81	83,40%	167.122.367,26
Renda Variável	7,93%	5.538.915,97	7,35%	9.593.113,82	7,55%	15.132.029,79
Imóveis	5,70%	3.983.903,30	4,99%	6.519.061,31	5,24%	10.502.964,61
Emp. a Participantes	0,39%	270.513,41	5,63%	7.352.888,04	3,80%	7.623.401,45
TOTAL	100,00%	69.843.540,13	100,00%	130.537.222,98	100,00%	200.380.763,11

Segmento	Plano de Benefícios "R"		Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	92,56%	32.117.847,91	92,56%	32.117.847,91
Renda Variável	6,63%	2.299.905,51	6,63%	2.299.905,51
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,81%	281.807,39	0,81%	281.807,39
TOTAL	100,00%	34.699.560,81	100,00%	34.699.560,81

Segmento	Plano de Gestão Administrativa		Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	93,11%	448.037,73	93,11%	448.037,73
Renda Variável	6,89%	33.173,57	6,89%	33.173,57
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	-	-	-	-
TOTAL	100,00%	481.211,30	100,00%	481.211,30

TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV							754.693.438,14
--------------------------------	--	--	--	--	--	--	----------------

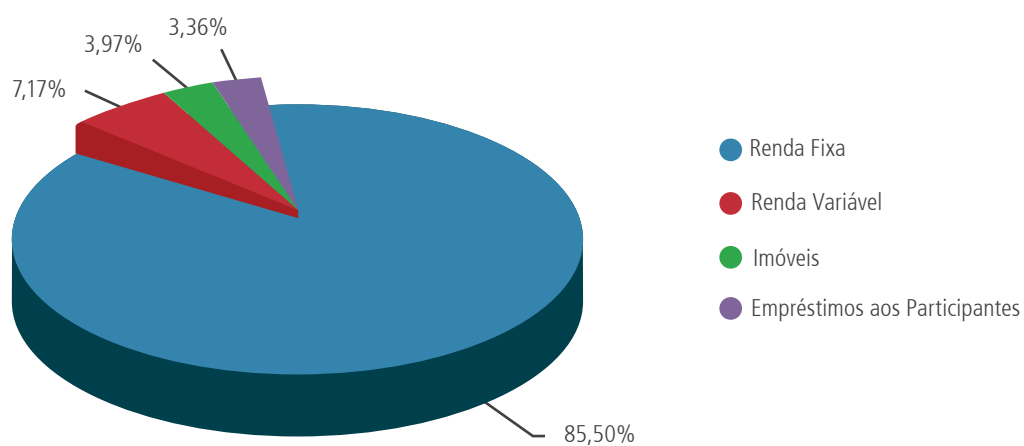
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI) / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (2º SEMESTRE DE 2011)

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Diretoria Executiva da RedePrev apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da RedePrev, relativo ao 2º SEMESTRE / 2011.

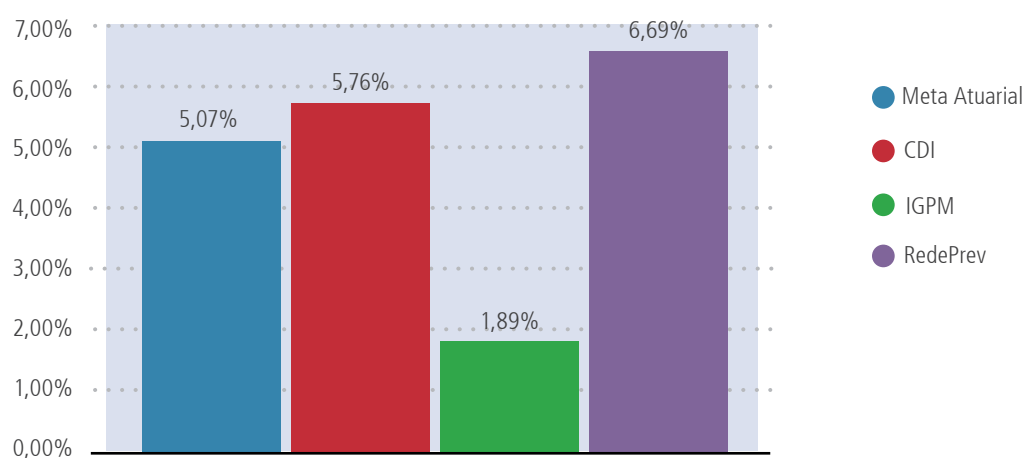
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PORCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR					LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLITICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA			RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL					
Segmentos	Investimentos 1º Semestre/2011 Posição em 30/06/2011		Investimentos 2º Semestre/2011 Posição em 31/12/2011		Limites de Alocação - Res. 3.792 -BACEN	Limites da Polít. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	85,23%	643.211.747,34	85,50%	679.722.147,31	100,00%	Até 100%	85,50%	7,68%	CDI	5,76%	5,07%	133,33%	151,48%
Renda Variável	7,53%	56.825.421,29	7,17%	56.965.979,67	70,00%	Até 40%	7,17%	-8,41%	IBX Médio	-5,01%	5,07%	167,86%	-165,88%
Imóveis	4,00%	30.152.084,95	3,97%	31.550.196,29	8,00%	Até 8%	3,97%	13,37%	Meta Atuarial	5,07%	5,07%	263,71%	263,71%
Emprést. Participantes	3,25%	24.504.184,56	3,36%	26.748.569,24	15,00%	Até 15%	3,36%	5,93%	Meta Atuarial	5,07%	5,07%	116,96%	116,96%
TOTAL	100,00%	754.693.438,14	100,00%	794.986.892,51				6,69%			5,07%		131,95%

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 2º SEMESTRE/2011				VALORES EM RISCO (VaR) PARA OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL		CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 1º SEMESTRE/2010					
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão	Segmentos de Renda Fixa e Variável		Segmentos	VaR - 1º Semestre/2010		Instituição	Serviço	Valor - R\$
					%		Valor - R\$				
Segmento Renda Fixa	679.722.147,31	85,50%									
Títulos Públicos - NTN	234.134.473,41	29,45%	Própria						Banco Itaú	Custódia	53.511,89
CDB	144.240.407,40	18,14%	Própria			R. Fixa - RF	1,03%		Banco Itaú	Cetip/Selic/Cbhc	7.594,41
Debêntures	96.740.899,38	12,17%	Própria			R.Variável - RV	9,61%		PPS/ALM	Análise de investimentos	11.474,08
Fundo de Investimentos	65.921.716,51	8,29%	Terceirizada			Consolidado	1,20%	8.747.170,01	Risk Office	Risco de Mercado	23.805,84
DPGE/LFS	138.684.650,60	17,44%	Própria						BDO Auditoria	Auditoria de Gestão	-
Segmento Renda Variável	56.965.979,67	7,17%				Planos Benef.	Rentabilidade - 2º Semestre/11				
Fundos de Investimento/Ações	56.965.979,67	7,17%	Terceirizada			Celipa OP		6,32%	Banco Itaú	Taxas Administração	25.381,23
Segmento Imóveis	31.550.196,29	3,97%				Cemat OP		6,16%	Banco Bradesco	Taxas Administração	64.027,19
Imóveis	31.550.196,29	3,97%	Própria			Elétricas OP		6,83%	BNY Mellon	Taxas Administração	205.761,29
Segm. Empréstimo Participantes	26.748.569,24	3,36%				Meta Atuarial		5,07%	Outros Bancos	Taxas Administração	364.395,99
Empréstimo Financeiro	26.748.569,24	3,36%	Própria			CDI		5,76%	TOTAL		817.389,26
TOTAL	794.986.892,51	100,00% 100,00%									

Investimentos da RedePrev - 2º Semestre 2011



Rentabilidade do Semestre



Faixas de Alocação dos Recursos por Plano								
Segmento	Celpa BDI		Celpa BDII		Celpa OP		Total Celpa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	86,89%	126.106.740,95	86,73%	62.464.349,99	83,32%	106.094.773,75	85,53%	294.665.864,69
Renda Variável	7,52%	10.913.709,77	7,58%	5.459.554,46	6,74%	8.582.588,69	7,24%	24.955.852,92
Imóveis	4,31%	6.254.108,80	4,38%	3.154.174,85	3,63%	4.624.248,85	4,07%	14.032.532,50
Emp. a Participantes	1,28%	1.863.306,56	1,31%	944.551,91	6,31%	8.038.897,53	3,15%	10.846.756,00
TOTAL	100,00%	145.137.866,08	100,00%	72.022.631,21	100,00%	127.340.508,82	100,00%	344.501.006,11

Segmento	Cemat BDI		Cemat OP		Total Cemat	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	88,50%	36.649.182,71	86,03%	136.710.703,89	86,55%	173.359.886,60
Renda Variável	7,53%	3.117.599,26	7,15%	11.369.078,91	7,23%	14.486.678,17
Imóveis	2,95%	1.220.658,57	2,74%	4.356.951,23	2,78%	5.577.609,80
Emp. a Participantes	1,02%	422.649,06	4,07%	6.464.775,06	3,44%	6.887.424,12
TOTAL	100,00%	41.410.089,60	100,00%	158.901.509,09	100,00%	200.311.598,69

Segmento	Elétricas BDI		Elétricas OP		Total Elétricas	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	85,73%	62.218.979,31	81,78%	114.095.660,65	83,13%	176.314.639,96
Renda Variável	7,62%	5.528.871,03	6,89%	9.606.937,48	7,14%	15.135.808,51
Imóveis	6,24%	4.529.004,98	5,31%	7.411.049,01	5,63%	11.940.053,99
Emp. a Participantes	0,41%	301.132,77	6,02%	8.395.780,73	4,10%	8.696.913,50
TOTAL	100,00%	72.577.988,09	100,00%	139.509.427,87	100,00%	212.087.415,96

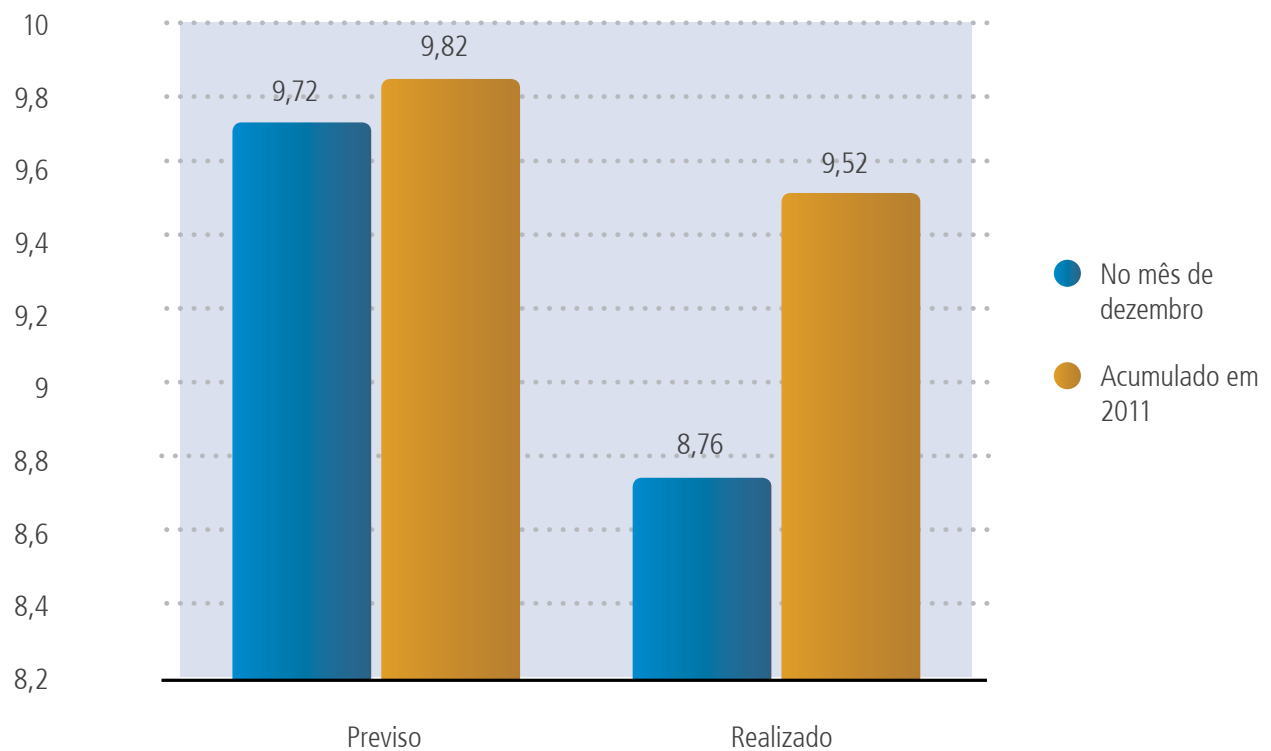
Segmento	Plano de Benefícios "R"		Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	92,83%	34.603.107,44	92,83%	34.603.107,44
Renda Variável	6,32%	2.354.107,80	6,32%	2.354.107,80
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,85%	317.475,62	0,85%	317.475,62
TOTAL	100,00%	37.274.690,86	100,00%	37.274.690,86

Segmento	Plano de Gestão Administrativa		Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	95,87%	778.648,66	95,87%	778.648,66
Renda Variável	4,13%	33.532,23	4,13%	33.532,23
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	-	-	-	-
TOTAL	100,00%	812.180,89	100,00%	812.180,89

TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV							794.986.892,51
--------------------------------	--	--	--	--	--	--	----------------

FLUXO ORÇAMENTÁRIO - DEZEMBRO/2011										
Discriminação	NO MÊS			ACUMULADO ATÉ O MÊS					PREVISÃO ANO - 2011	
	Previsto (a)	Realizado (b)	(b - a)	Variação % Realiz. (b/a)	Previsto (c)	Realizado (d)	(d - c)	Variação % Realiz. (d/c)	Valor (e)	A. V. %
1- Receita de Contribuição	2.091.112,65	2.050.595,34	(40.517,31)		24.423.247,32	23.625.210,34	(798.036,98)		24.423.247,30	
2- Rec. Administrativa (Custeio Administrativo)	246.388,41	280.670,08	34.281,67	1,14	2.848.483,12	3.002.005,78	153.522,66	105,39%	2.848.483,12	100,00%
3- Gestão Previdencial	227.242,38	204.238,49	(23.003,89)	0,90	2.677.542,17	2.535.585,89	(141.956,28)	94,70%	2.677.542,17	100,00%
3.1 - Pessoal e Encargos	119.438,09	109.992,20	(9.445,89)	0,92	1.364.698,43	1.273.234,22	(91.464,21)	93,30%	1.364.698,43	50,97%
3.1.1 Dirigentes	-	1.298,35	1.298,35		-	21.306,86	21.306,86		-	0,00%
3.1.2 - Pessoal Próprio	119.075,09	108.693,85	(10.381,24)	0,91	1.360.342,43	1.249.235,79	(111.106,64)	91,83%	1.360.342,43	50,81%
3.1.2 - Estagiários	363,00	-	(363,00)	-	4.356,00	2.691,57	(1.664,43)	61,79%	4.356,00	0,16%
3.2 - Treinamento/Congressos e Seminários	1.524,60	61,53	(1.463,07)	0,04	27.013,25	12.513,06	(14.500,19)	46,32%	27.013,25	1,01%
3.2.1 - Treinamento/Congressos e Seminários - Próprio	974,05	61,53	(912,52)	0,06	14.495,80	6.423,48	(8.072,32)	44,31%	14.495,80	0,54%
3.2.2 - Treinamento Dirigentes	550,55	-	(550,55)	-	12.517,45	6.089,58	(6.427,87)	48,65%	12.517,45	0,47%
3.3 - Viagens e Estádias	4.888,57	382,81	(4.505,76)	0,08	58.662,84	23.106,73	(35.556,11)	39,39%	58.662,84	2,19%
3.3.1 - Viagens e Estádias / Pessoal Próprio	1.509,23	83,82	(1.425,41)	0,06	18.110,76	3.662,60	(14.448,16)	20,22%	18.110,76	0,68%
3.3.2 - Viagens e Estádias / Dirigentes	2.009,63	268,74	(1.740,89)	0,13	24.115,56	13.652,20	(10.463,36)	56,61%	24.115,56	0,90%
3.3.3 - Viagens e Estádias / Terceiros	1.369,71	30,25	(1.339,46)	0,02	16.436,52	5.791,93	(10.644,59)	35,24%	16.436,52	0,61%
3.4 - Serviços de Terceiros	46.757,32	47.087,71	330,39	1,01	554.264,02	549.409,56	(4.854,46)	99,12%	554.264,02	20,70%
3.4.1 - Pessoa Física	121,00	20,39	(100,61)	0,17	1.452,00	1.088,66	(363,34)	74,98%	1.452,00	0,05%
3.4.2- Pessoa Jurídica	46.636,32	47.067,32	431,00	1,01	552.812,02	548.320,90	(4.491,12)	99,19%	552.812,02	20,65%
3.5 - Despesas Gerais	47.774,85	40.543,80	(7.231,05)	0,85	557.018,73	550.955,18	(6.063,55)	98,91%	557.018,73	20,80%
3.5.1 - Manutenção	1.112,26	289,79	(822,47)	0,26	13.024,80	7.199,71	(5.825,09)	55,28%	13.024,80	0,49%
3.5.2 - Serviços Gerais	3.482,98	3.552,30	69,32	1,02	40.933,67	41.988,00	1.054,33	102,58%	40.933,67	1,53%
3.5.3 - Despesas com Material	1.686,23	1.146,13	(540,10)	0,68	20.786,22	24.021,18	3.234,96	115,56%	28.703,86	1,07%
3.5.4 - Diversas	19.928,15	12.671,67	(7.256,48)	0,64	225.123,49	214.148,84	(10.974,65)	95,13%	212.654,34	7,94%
3.5.5 - Despesas com Veículo	479,23	501,06	21,83	1,05	5.909,67	7.128,21	1.218,54	120,62%	5.909,67	0,22%
3.5.6 - Despesas com Aluguel	9.717,38	8.994,75	(722,63)	0,93	115.602,02	108.222,31	(7.379,71)	93,62%	115.602,02	4,32%
3.5.7 - Impostos e Taxas	11.368,62	13.388,10	2.019,48	1,18	135.638,86	148.246,93	12.608,07	109,30%	140.190,37	5,24%
3.6- Depreciações e Amortizações	6.858,95	6.170,44	(688,51)	0,90	82.307,40	75.834,72	(6.472,68)	92,14%	82.307,40	3,07%
3.7 - Despesas Específicas	-	-	-	-	-	16.954,92	16.954,92		-	0,00%
3.7.1 - Serviços de Terceiros	-	-	-	-	-	16.954,92	16.954,92		-	0,00%
3.8 - Despesas Específicas	-	-	-	-	33.577,50	33.577,50	-	100,00%	33.577,50	1,25%
3.8.1 - Impostos e Taxas	-	-	-	-	33.577,50	33.577,50	-	100,00%	33.577,50	1,25%
4 - Rel. % Despesa (3) / Receita (1)	9,72%	8,76%	-0,96%		9,82%	9,52%	-0,30%		9,82%	

As despesas administrativas da REDEPREV, previstas para o exercício de 2011, foram limitadas em 9,82% das receitas do exercício de 2011, conforme coluna "e". As despesas vinculadas ao Programa de Investimentos da Fundação, não estão contabilizadas como despesas administrativas. No período de JANEIRO À DEZEMBRO DE 2011, a relação das despesas de Gestão Administrativa / Receitas foi de 9,52 %. (Item 4, coluna "d")



Órgãos de Administração

CONSELHO DELIBERATIVO

Jorge Queiroz de Moraes Junior

Presidente

Izaías Ferreira de Paula

Osmar José Vicchiatti

Milton Henriques de Carvalho Filho

Glauco Warner de Oliveira

Cristina de Grandi Sampaio

CONSELHO FISCAL

Reinaldo Teixeira do Amaral Mota

Presidente

Augusto Evangelista dos Santos Filho

Gilberto de Souza Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente

Wilson Kirschner Amarante

Diretor Vice-Presidente

George Cals de Oliveira Filho

Diretor Financeiro

Itamar Ribeiro de Magalhães e Souza Júnior

Diretor de Benefícios

EQUIPE DE COLABORADORES

SEDE - BRAGANÇA PAULISTA – SP

ASSESSORIA

Sebastião Ismael Altoé

Allyrio Sleiman Ali Zeitoun

Luciana Ribeiro Malhado

SECRETARIA

Lucy Mara de Paula Kikuchi

SETOR DE CONTABILIDADE

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Luiz Carlos Gonçalves

Luciane Aparecida Lopes de Moraes

SETOR FINANCEIRO

Hélio José Padovan

Mauro Martins

Luciana Campos Moreira Pinto

SETOR ADMINISTRATIVO

Vania Gomes Barbosa

Fernanda Roberta de Araújo

Bruna Vassoler Ferreira

SETOR DE BENEFÍCIOS

Edílson Henrique Ercolini

André Luis de Melo

Wagner Pereira

Escritório – BELÉM/PA

Nubiete Viana Maia

Peter Barbosa Foro

Luciano Garcia do Nascimento

Escritório – CUIABÁ/MT

Carolina Souza Leite

Liliane Alves Gonçalves

Anita Teodoro de Oliveira Moraes

Escritório – PALMAS/TO

Rosana da Conceição Henderson Gordo

Elchides Branco Nunes Neto

REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CONSTITUIÇÃO: 24 de outubro de 2003, através da Portaria MPS/SPC N°. 47.

CNPJ: 06.056.449/0001-58

O Estatuto da RedePrev foi alterado em 01/10/2008, através da Portaria SPC n° 2.545.

Endereço: Rua Teixeira, N°. 467

Bairro Taboão - Bragança Paulista – SP

CEP: 12.916-360

Fone: (11) 4481.9600

Fax: (11) 4481.9619

Filiada:

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – SINDAPP.

Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS.

EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO:

Elaboração: REDEPREV – Fundação Rede de Previdência

Produção: Plus Interativa
plus@plusinterativa.com

Segurança no presente, tranquilidade no futuro.



REDEPREV - Fundação Rede de Previdência

Rua Teixeira, N°. 467 - Taboão - Bragança Paulista, SP - CEP: 12.916-360
Tel.: (11) 4481.9600 | Fax: (11) 4481.9619

www.redeprev.com.br